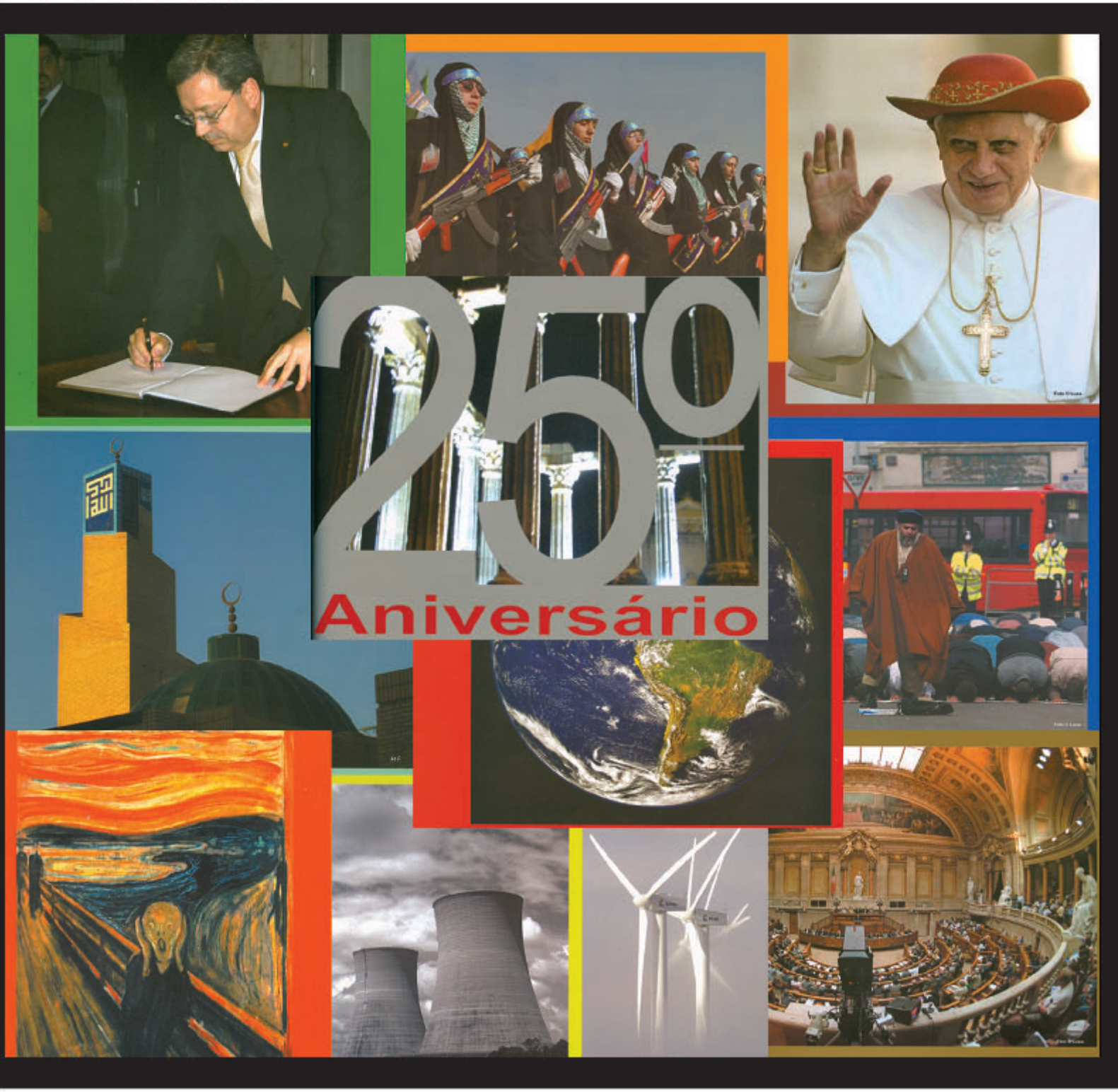
CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 28 | Novembro-Dezembro de 2007



AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Nº 28 I Novembro-Dezembro de 2007

Cidadania e Defesa

Boletim Informativo da AACDN
Associação de Auditores dos
Cursos de Defesa Nacional

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto
1250-184 Lisboa

Tel : 213 465 888
Fax: 213 257 886
E-mail:aacdn.boletim@mail.telepac.pt

visite o nosso site
www.aacdn.pt

Ficha Técnica

Direcção
Dr Abílio Ançã Henriques

Edição
Dr Francisco Marques Fernando

Composição Gráfica
Elisa Pio

Colaboração
Miguel Fradique da Silva

Colaboração Fotográfica
Lusa - Agência de Noticias
de Portugal, SA

Execução Gráfica
Gráfica Central de Almeirim, Lda
Zona Indústrial, Lote 41 - D
2080-221 Almeirim
Tel : 243 591 555 Fax: 243 597 559
E-mail:geral@graficacentral.pt

Tiragem
1 000 Exemplares

Depósito Legal nº 260726/07

Neste número

3 I Editorial

4 I Os Exércitos entre o Estado e a Sociedade Civil

12 I A evolução da conflitualidade Caracterização e tendências dos actuais conflitos

16 I Ministro da Defesa Nacional Joaquim Fernando Nogueira

18 I A Falência da Esperança

22 I Por terras do Extremo Oriente II Parte

32 I Acontecimentos e Actualidades

34 I UmDeCadaVez

35 I Índice do Cidadania e Defesa (Biénio de 2006-2007)

Capa - Capas do biénio 2006-2007

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

EDITORIAL

Caros Colegas

Com o final do mandato dos actuais órgãos sociais da AACDN, vamos completar um ciclo de vida que, no plano pessoal, foi iniciado em 2002 com o ingresso no Curso de Defesa Nacional (CDN).

Para quem, naquela época, contava já com um percurso profissional de mais de três décadas, a frequência do Curso de Defesa Nacional constituiu um significativo marco no campo da formação global, acrescentando conhecimentos e experiências que nos tornam cidadãos mais conscientes, mais responsáveis, com uma nova visão, mais ampla e profunda, do País e do Mundo em que vivemos.

É essa preparação proporcionada pelo Curso de Defesa Nacional que nos motiva e nos impulsiona para novas dimensões da participação cívica na vida colectiva, a qual, mais do que um direito, se assume como um verdadeiro dever de cidadania. Mas, ao mesmo tempo, o CDN tem a capacidade de nos transformar em profissionais mais completos, que agregam novas valências aos conhecimentos técnicos, científicos e de gestão anteriormente adquiridos.

Por isso, nunca será demais enaltecer o papel insubstituível do Instituto da Defesa Nacional (IDN), que, com o seu corpo de assessores e conferencistas e toda a demais equipa de colaboradores, levam a cabo em cada ano escolar um programa de formação ímpar, pelo qual já passaram mais de um milhar de altos quadros, das forças militares e militarizadas, da administração publica central, regional e local e da denominada sociedade civil (empresas, organizações sócio-profissionais, etc).

Mas falar do Instituto da Defesa Nacional é também, e sobretudo, recordar o papel insubstituível da sua liderança. Ao longo de várias décadas de existência, ilustres figuras assumiram a Direcção do IDN, às quais se deve a projecção e o prestígio que esta instituição foi adquirindo, ano após ano. Quando recordamos o período de 2002/2003, em que tivemos o privilégio de frequentar o IDN, somos obrigatoriamente confrontados com a figura incontornável do então Director, o General Garcia Leandro, que marcou de forma decisiva a sua passagem pelo Instituto, atingindo profundamente todos aqueles que, como é o nosso caso, completaram então o Curso de Defesa Nacional.

Atrevemo-nos a dizer que o General Garcia Leandro desempenhou um papel central na motivação do CDN - 2003 para o movimento que levaria um conjunto de auditores deste curso – nos quais nos incluímos -, alargado ao CDN – 2002 e que contagiaria ainda elementos de cursos mais antigos, a corporizar uma candidatura aos órgãos sociais da AACDN para o biénio 2004-2005.

De realçar a adesão entusiástica do Dr José António Silva e Sousa (CDN – 2002) que justamente assumiu então a liderança da Direcção que veio a ser eleita no final de 2003.

Iniciou-se assim um ciclo de forte dinamismo na vida associativa, que culminaria no último trimestre de 2005 com um processo eleitoral dos mais concorridos de sempre na história da AACDN.

A renovação operada com a lista eleita para os órgãos sociais do biénio 2006-2007 permitiu agregar novos auditores, em particular do CDN – 2004, os quais, em conjunto com elementos mais experientes, revigoraram fortemente a actividade da nossa Associação.

Estes dois períodos vividos na AACDN – como Vice-Presidente em 2004-2005 e como Presidente em 2006-2007 – constituíram momentos ímpares de participação no projecto colectivo, pelo entusiasmo sentido em toda a equipa, pela disponibilidade para o trabalho voluntário sempre manifestada, pelo entrosamento entre todos os Órgãos Sociais e entre a Direcção Nacional e as Delegações e ainda pela camaradagem e amizade que se foram construindo e aprofundando entre todos, salientando aqui também o secretário-geral e os demais colaboradores.

Nestes mandatos, reforçou-se significativamente a ligação da nossa Associação à sociedade civil, através de iniciativas que contribuíram para um maior e melhor conhecimento dos Auditores de Defesa Nacional junto de sectores da nossa vida colectiva que nunca tinham sequer ouvido falar da sua existência. O conjunto de patrocínios do mundo empresarial que foi possível angariar para os principais eventos anuais da AACDN são um bom barómetro dos resultados obtidos neste domínio.

Cabe aqui uma menção especial ao papel desempenhado pelo nosso boletim *Cidadania e Defesa*, não só como elemento de permanente ligação entre todos os auditores, mas sobretudo como cartão de visita da AACDN e dos Auditores de Defesa Nacional. A permanente disponibilidade de ilustres associados para a produção de textos de inequívoca qualidade e actualidade tem constituído o alimento fundamental de uma publicação que, apesar de elaborada em regime de completo voluntariado, justamente adquiriu uma notoriedade e um reconhecimento que nos apraz registar.

Se é certo que a intensificação da ligação à sociedade civil constituiu uma tónica dos anos mais recentes, o relacionamento com a Instituição Militar encontrou também novos patamares de colaboração. Neste capítulo, a AACDN foi sempre objecto da melhor atenção das chefias militares, do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas até aos Chefes dos três ramos das Forças Armadas.

Quanto ao Instituto da Defesa Nacional, que é verdadeiramente a nossa casa-mãe, acompanhámos sempre com particular atenção a sua evolução e algumas vicissitudes resultantes do denominado PRACE. Estamos certos de que o papel insubstituível que tem desempenhado na formação de elites e na reflexão estratégica sobre as temáticas da segurança e defesa não poderão deixar de ser reconhecidas e preservadas, pela sua importância para o futuro de Portugal. À actual equipa dirigente do IDN, na pessoa do seu Director, General Ferreira da Silva, e da Subdirectora, Doutora Isabel Nunes, deixamos aqui uma palavra de público reconhecimento pela atenção sempre dispensada à AACDN.

Muitas iniciativas se foram concretizando ao longo dos últimos quatro anos, alcançando níveis de participação crescente por parte dos associados. Porém, tal como sempre acontece na vida das pessoas e das organizações, há ainda muitos projectos para realizar.

É este o principal desafio que deixamos aos nossos sucessores na Direcção da AACDN.

Até sempre !

Abílio Ançã Henriques

Foto: Homem Cardoso, in *Soldados*

Os Exércitos entre o Estado e a Sociedade Civil

Sabido é que o homem é um ser inevitável e sistematicamente social. E é assim em razão da sua própria natureza e por força da sua indispensável interacção com a natureza, que é, como diz Rafael Alvira, o seu segundo corpo, o corpo comum da própria humanidade e de todos os outros seres.

E o ser humano é, como diz Leonardo Pólo, social logo que toma lugar no palco da vida, no seio e ao cuidado de uma família. É social, depois, devido à acção e na acção. Acção, a do ser humano, distintiva entre a de todos os outros seres vivos. E distintiva porque pressupõe e exige não só o empenho da inteligência e vontade, no tão complexo quão repetido processo de decisão e acção, como, também, na previsão dos resultados e no juízo ético das suas consequências, para si e seus semelhantes. Processo, esse, que sempre visa satisfazer as múltiplas necessidades do ser humano, isto é, buscar algo (material ou imaterial) ou alguém.

Processo com o qual o ser humano procura, afinal, responder aos problemas que o seu existir cria, levanta ou com que é obrigado a defrontar-se, fazendo da vida uma aventura de liberdade e de segurança relativa.

Concluir se pode, pois, como diz Rafael Alvira, que a sociedade não é "para cada um, uma opção possível ou uma ajuda para a vida, mas sim uma *necessidade* e uma *obrigação*"[1], e um desejo também. Significa ela, enquanto obrigação, "que cada individuo há-de tentar construí-la o melhor que possa"[2], e transmiti-la engrandecida às gerações seguintes.

Terá sido aquela necessidade (aquela obrigação e o seu significado), aquele desejo, que terá levado os seres humanos a trocar por um estado civil o estado originário em que viviam – o estado da natureza lhe chamaram os contratualistas – e no qual todos estavam "à mercê da violência porque todos actuavam [actuam] segundo o que em seu parecer era [é] bom"[3].

Os chamados contratualistas – Hobbes, Locke, Rousseau e Kant – definem, de maneira precisa, o significado de um contrato ou pacto social – pacto de associação primeiro – pelo qual um conjunto de pessoas que viviam em estado de natureza, em que não havia lei civil, se constituíram e passaram a viver, depois, numa sociedade organizada.

Exemplo histórico – não hipotético, não abstracto, mas real – de um pacto deste tipo seria o que os peregrinos do Mayflower estabeleceram em 1626, e no qual se diz "solene e conjuntamente, em presença de Deus, acordamos constituir um corpo civil e político"[4] .

Pacto ou contrato, aquele, que com todos os "acordantes" fez uma sociedade organizada, com normas por todos definidas e a todos aplicáveis e com sanção estabelecida para os prevaricadores.

Ao primeiro pacto – hipotético – o de associação, outro se seguiria: o de governo ou de submissão. Estabelecia, este, um governo para a Sociedade Civil que regulava os termos da relação entre ele – governo – e a Sociedade Civil instituinte.

As teorias contratualistas radicam a sua tradição na Renascença. Repudiavam e revolucionavam, mesmo, o pensamento político clássico que dominante fora até então, e para o qual o Estado constituía o fim da existência humana.

Pretendiam os contratualistas estabelecer que era no indivíduo que radicava originariamente toda a legitimação estatal, e que só ela constituía critério – critério único, portanto – de toda a ordem política.

Em síntese, estabeleciam que:

O indivíduo livre e sujeito de direitos é a razão – a fonte e motor – de toda a legitimação política;

Cabe à ordem política estabelecida atender e fazer prova permanente dessa legitimação (exigência, pois, de legitimação de exercício a par da legitimação de título).

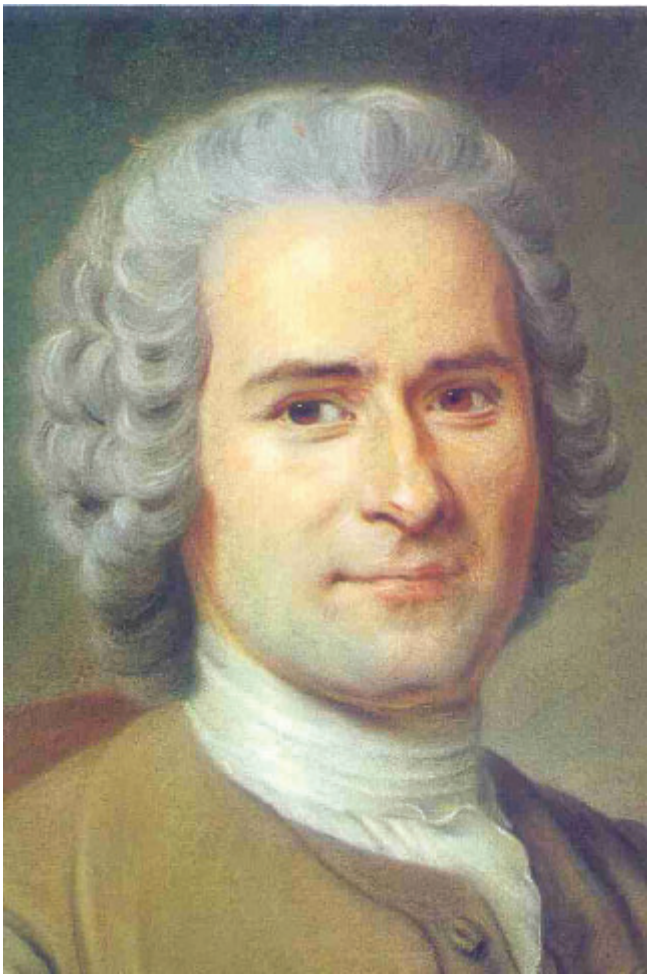
Reconhecem estas teorias que a Sociedade Civil é geneticamente anterior e superior ao Estado, Estado que não é mais do que uma forma, um meio, historicamente situado e definido, da sua organização política. Não é, pois, mais que um instrumento, de relevante importância, é certo, na acção e vida da Sociedade Civil, destinado a proporcionar à Sociedade Civil uma existência civil e civilizada, isto é tolerante, pacífica, com eficácia na modernização e com eficiência no desenvolvimento e integração da sociedade. Reconhecimento destrinçativo que a História e, mesmo, o senso comum reiteram confirmativamente.

Assim, a Sociedade Civil é um fenómeno natural que não parece carecer de qualquer justificação genética. De justificação, como bem o comprovam a história das ideias políticas e a filosofia política, carece o poder político.

Na verdade, difícil foi, sempre, compreender e aceitar, por que, de um modo permanente, alguém exerce sobre os outros um poder, a não ser que apoio e justificação ele tenha em princípios naturais, como o da idade, ou o de uma superior capacidade, física ou espiritual, indiscutível.

Dificuldade, essa, a de legitimação do poder político, a que historicamente se pretendeu responder com diversas doutrinas.

Lembram-se, a título meramente exemplificativo, as



a soberania como exercício da vontade geral é necessariamente inalienável

doutrinas do direito divino dos reis. Todas elas admitiam a participação de Deus no governo do povo. Os governantes ou eram directamente escolhidos por Deus, governavam por graça de Deus (na doutrina do direito divino sobrenatural) ou, então, designados os governantes por qualquer dos modos possíveis, logo a ordem divina lhes atribuía o poder, para o exercerem, é certo, a bem da colectividade (doutrina do direito providencial).

A forma última da soberania inalienável, agora a popular, é apresentada por Rousseau (a soberania como exercício da vontade geral é necessariamente inalienável). Como se sabe, a doutrina de Rousseau, apresentada em 1761, limita-se a dar corpo a ideias já formuladas e desenvolvidas por Locke, e que constituíam património ideológico dos séc. XVII e XVIII. Exclui, ela, qualquer sistema representativo, para aceitar apenas a chamada democracia directa.

Vê-se pois, até por estas múltiplas tentativas legitimárias do poder, quão difícil é compatibilizar o poder político dos governantes com a obediência dos governados. Dificuldade que se atenua, só se atenua, quando os governantes o são de direito, isto é, investidos segundo as normas que devem ser acatadas.

Legitimidade esta, a de título, que não é suficiente e exige, sempre, a legitimidade de exercício (desempenho da função de acordo com os fins para que haja sido instituído, ou, como diz S. Paulo na Epístola aos Romanos [XIII.1 – obediência à autoridade], tudo fazendo para serem um instrumento [de Deus] para o bem).

O próprio Estado actual, que não é mais do que uma forma peculiar e historicamente determinada de organização política, não é excepção na cultura colonizante do poder político.

Os Estados soberanos, independentemente do detentor da soberania, assumem esta como o "poder supremo" na ordem interna, e, na ordem externa, como um "poder independente". Como independente arroga-se, este poder, total liberdade para estabelecer relações de paz e cooperação com outros Estados, ou para quebrar todas as relações com alguns deles, abrir hostilidades, fazer-lhes guerra.

Verdade é que moralistas e filósofos pretenderam que "o Estado fosse [é] uma pessoa moral"[5] que "encontra em torno dele outros Estados, e deve estabelecer as suas relações com eles segundo uma aplicação judiciosa da lei natural"[6]. Pretensão a que a realidade histórica não tem concedido geral e eficaz acolhimento. Antes tem mostrado, como disse Emmerich de Vattel (1768), que "as Nações, ou Estados soberanos, devem ser consideradas como pessoas livres, que vivem entre eles em estado de natureza"[7].

"Nenhum Estado, em relação a outro, se encontra um só instante seguro quanto à sua independência ou propriedade"

Na verdade, a existência de nações, de estados soberanos, criando interesses novos, gerou entre eles conflitos, novos e graves, que, muitas vezes, decidiram resolver recorrendo à guerra. Assim aconteceu, nomeadamente na Europa, onde, como diz Hazard, uma "guerra eterna" fez correr "rios de sangue". Guerras que a modernização e o desenvolvimento, que o enriquecimento cultural, científico e económico, mais não fizeram que tornar mais extensas e cruentas, com acrescidos legados de viuvez, orfandade, incapacidades físicas, pobreza e desespero.

À corrida terrivelmente louca e desumana da guerra - travão não conseguiram pôr, nem a religião (aliás, repetidamente invocada para as travar), nem o humanismo iluminista, de tanta generosidade e efeito na nossa civilização. Baldados foram os esforços dos filósofos que, então, se empenharam, se não em afastar definitivamente a guerra da cidade dos homens, pelo menos em reduzi-la, a tornar mais difícil e seu desencadeamento.

Entre eles, destaque merecem:

O Abade de Saint Pierre com o famoso e então utópico "Projecto para tornar a paz perpétua na Europa" (utópico, então, porque a União Europeia, hoje, procura, timidamente embora, dar corpo a um projecto daquele tipo). Projecto com que Saint Pierre pretendia consubstanciar uma "forma moderna de pacto eterno"[8] "entre todos os soberanos da Europa, incluindo o Tzar, o Grande[9]".

Kant, que afirma que "Nenhum Estado, em relação a outro, se encontra um só instante seguro quanto à sua independência ou propriedade"[10]. Segundo ele, os próprios tratados de paz põem "fim, sem dúvida, a uma guerra determinada, mas não ao estado de guerra (possibilidade de encontrar um novo pretexto para a guerra")[11].

Victor Hugo que, num discurso proferido na Conferência Universal para a Paz, em Paris, disse que "chegará o dia em que não haverá mais campos de batalha, mas antes mercados abertos ao comércio e mentes abertas às ideias. Chegará o dia em que as balas e as bombas serão substituídas por votos, pelo sufrágio universal, pela arbitragem respeitável de um jurado supremo"[12] nos Estados Unidos da Europa.

Não terão esta justa preocupação, este recto propósito e a generosa reflexão consequente contribuído para que os Estados menos propensos se mostrassem relutantes ao recurso à guerra.

Contribuição refreadora do recurso à acção bélica, entre Estados, não tivera, também, depois da Revolução Francesa:

A substituição do regime com a abolição da monarquia absoluta;

A mudança verificada na organização das sociedades. À estratificação das ordens, se sucede a universalização dos cidadãos;

A emergência da burguesia e o seu acesso ao poder, depois da vitoriosa luta contra a aristocracia, luta para a qual a monarquia se deixou arrastar e em que pereceria;

As institucionalizações dos Exércitos modernos, nacionais, que substituíram o Exército permanente do Rei (símbolo da transferência revolucionária da soberania e da correlativa lealdade ocorre na batalha de Valmy, onde, pela primeira vez, os soldados franceses se batem, não com o grito de "Viva o Rei", mas, sim, com o de "Viva a Nação").

Mudanças radicais, as referidas, que se terão limitado a renomear a guerra. As guerras passaram, a partir de então, a ser "guerras populares ou de massas, guerras ideológicas ou guerras de ideias e de sentimentos, traços [estes] constitutivos dos nossos contextos modernos"[13].

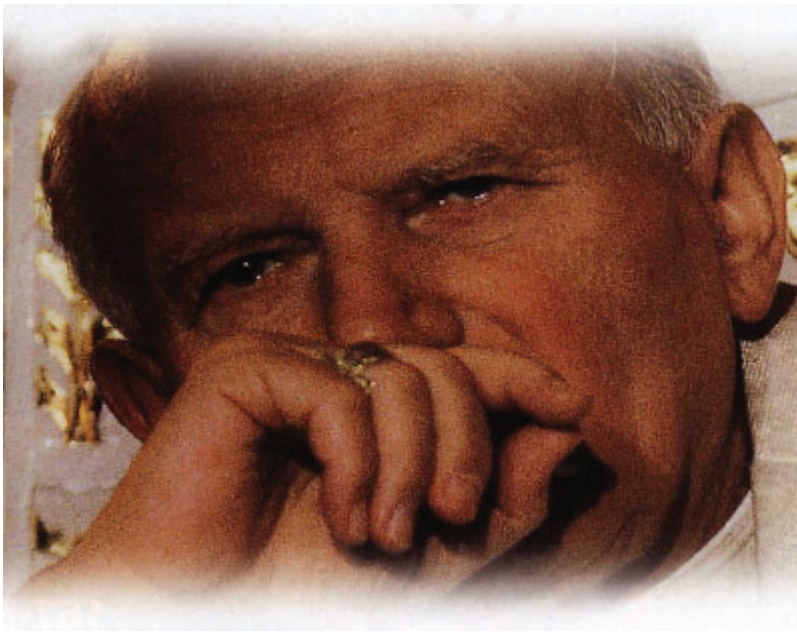
A conscrição – que levara os Exércitos ao seio das famílias e estas, com os seus jovens, aos Exércitos, que colocam no coração da guerra a Sociedade Civil – contribuído não terá, nem para devolver a decisão sobre o desencadeamento do conflito bélico à Sociedade Civil, nem para tornar aquele menos disponível e fácil ao poder político. Terá, sim, interferido, decisivamente, na táctica e estratégia militares, ao substituir, nos Teatro de Operações, os Exércitos mercenários, de pequena dimensão e bem adestrados, por Exércitos nacionais. Exércitos de massas, que se não batem já por dinheiro, mas sim pelo "interesse nacional" ou pela ideia revolucionária. Ampliada é, assim, a panóplia bélica disponível com um novo tipo de guerra: a ideológica e psicológica.

Não retiraria esta nova e bem diferente situação política, este novo Exército de massas, este novo tipo de guerra, psicológica e ideológica, para a Sociedade Civil, uma parte sequer do poder que os príncipes políticos sempre detiveram – o de decidir quando convém conduzir a política através da guerra.

E os príncipes, aos conselhos e ensinamentos dos filósofos, preferido terão, sempre, o "breviário" de Maquiavel. Príncipes que agora tinham na panóplia bélica disponível, novo tipo de guerra, a ideológica e psicológica. Na verdade, as guerras do Império prefaciam já, dado o tipo de Exército utilizado (o de mobilização nacional obrigatória), dada a sua índole ideológica, dado a sua prática psicológica e dado o seu propósito geopolítico, os grandes conflitos mundiais, os da I e II Guerras Mundiais.

Guerras, estas, que, ao totalizarem inimigo e campo de batalha, ao orientarem-se estrategicamente pelas teses clawsevitzianas, lavraram, com apocalíptica metralha, tanto os chamados campos de batalha militares, como as retaguardas civis, tendo o universo civil sido aquele que mais baixas sofreu, que mais duramente foi penalizado. Na I Guerra Mundial, entre os 19 milhões de mortos sofridos, 10 milhões foram de civis. Situação similar iria ocorrer na II Guerra Mundial. De entre os 62 milhões de vítimas contaram-se 37 milhões de civis.

Olhando a história do mundo e, mesmo, a nossa própria história, forçoso é concluir que a situação de guerra, ou de guerra possível, é consubstancial ao género humano. Recordar se pode – se deve também – que João Paulo II insistiu em que a *guerra justa* é um conceito válido, cuja aplicação na actualidade o terá levado – talvez historicamente o primeiro a fazê-lo – a pedir a intervenção militar por *razões humanitárias*.



João Paulo II insistiu em que a *guerra justa* é um conceito válido, cuja aplicação na actualidade o terá levado a pedir a intervenção militar por *razões humanitárias*

Muitas foram, no mundo e mesmo entre nós, as guerras injustas que se teria podido evitar sem que a nossa essencialidade, em matéria de valores e de interesses, tivesse sido danificada.

Mas, pelas guerras injustas raramente, muito raramente, são responsáveis os Exércitos. Responsáveis são sempre – e sem excepção – os políticos, pois as guerras são geradas por situações de incomunicabilidade entre Estados, ou entre Estados e grupos organizados (o terrorismo), quando se esgotaram, ou se afirmaram esgotadas, todas as mediações, conciliações e arbitragem. A guerra é, então, na definição clássica vigente, a continuação da política pelo uso das armas.

Porém, sendo a guerra, sempre, uma opção dos políticos e da sua responsabilidade, dela não podem alhear-se as sociedades. E não podem até porque é sobre as Sociedades Civis, e os seus cidadãos, a sua vida e futuro, que mais pesam e perduram os efeitos nefastos da guerra. Apesar de assim ser, à decisão de travar a guerra alheadas têm sido, quase sempre, as Sociedades Civis, pelos respectivos poderes políticos.

Situação, esta, cuja nefasta irracionalidade Kant bem retrata quando diz que todo o poder político deve ser de tal modo internamente organizado que não seja o seu chefe a optar pela guerra, que nada lhe custa (porque a subvenciona à custa de outrem, a saber, do povo), mas

... pelas guerras injustas raramente são responsáveis os Exércitos. Responsáveis são sempre – e sem excepção – os políticos, pois as guerras são geradas por situações de incomunicabilidade entre Estados, ou entre Estados e grupos organizados

sim "o povo, que a paga, a ter voto decisivo sobre se deve ou não haver guerra"[14] .

Na verdade, na decisão de abrir hostilidades, rara, muito raramente têm participado os cidadãos e as suas organizações autónomas, a sua Sociedade Civil. Quase sempre espectadores passivos de decisões ficam, apesar da importância crucial das mesmas para si próprios – vida e haveres – para a vida dos seus e do seu País.

Resposta diferente se conseguiria se constitucionalmente fosse consagrado que cabia ao Estado ouvir, vinculativamente, a Sociedade Civil sempre que quisesse declarar guerra.

Óbvio é que o que se vem referindo apenas considera e atende à iniciativa, à decisão política de fazer a guerra, à guerra ofensiva, portanto.

Na verdade, por todas as razões, até pela razão de racional eficácia, ao poder político deve ser atribuída competência exclusiva na resposta a uma agressão militar externa. Resposta que configura, sempre, uma guerra justa na decisão, justa podendo não ser, já depois, em razão de vícios de conduta, na condução política, no desenvolvimento táctico ou na estratégia da guerra.

A diferença radical de recrutamento dos Exércitos, hoje em dia, feito com base no voluntariado, deu à questão enunciada acuidade, acrescida pelo menos.

E, em minha opinião, os partidos políticos optaram pela actual solução não tanto, como alegam, para responder à complexidade crescente dos sistemas de meios utilizados pelos Exércitos e à qualificação, especial, que exigem, mas sobretudo para:

Responder politicamente às exigências dos eleitores, que, inspirados num individualismo crescente, não querem suportar as exigências e contrariedades da preparação militar e muito menos arriscar a vida nas situações de guerra;

Conceder ao poder político maior liberdade de manobra na utilização dos Exércitos. Abolida a conscrição no recrutamento dos Exércitos, cortada ficava a comunicação umbilical que uma parte significativa da Sociedade Civil mantinha com o Exército, feita através dos seus familiares em serviço naquela Instituição.

Passou, assim, a ser bem menor a atenção e a preocupação da Sociedade Civil com os seus Exércitos, com a sua utilização pelo poder político, com as baixas que sofre em campanha (a comprová-lo, com evidência, está a diferença de comportamento da Sociedade Civil americana, relativamente ao que aconteceu no Teatro de Operações da Indochina e acontece no do Iraque).

Enferma a situação, adoptada, de algumas nefastas consequências, como sejam:

Os Exércitos deixaram de ser em grande parte, o que eram: escolas republicanas de igualitária e meritória socialização, em que a todos os mancebos capazes, física e intelectualmente – independentemente da sua raça, cor, ideologia, religião, naturalidade, extracção económica – pertencia servirem;

Os Exércitos, pelo tipo de recrutamento que usavam, dispunham de um universo representativo da totalidade do sentimento nacional. Assim sendo, natural era que neles, à semelhança do que ocorre na Sociedade Civil, a maioria psicossocialmente normal, pressão social compensadora exercesse sobre o segmento menor, com inclinações para a violência. Compensação que dificilmente acontecerá hoje, quando o universo militar é constituído por um segmento que procura no serviço militar condições que lhe permitam ter na Sociedade Civil uma vida melhor e por outro – a que se alheia sempre

que pode, até para não ter mais problemas – que procura no meio militar encontrar espaço de resposta às suas inclinações para a violência (creio que os "Al-graibs" constituirão, em certa medida, prova de que assim acontece);

Diminuindo o interesse da Sociedade Civil pelos Exércitos, afectada é negativamente a sua intercomunicação, o conhecimento mútuo, só ele capaz de gerar a confiança e reduzir preconceitos.

É verdade que sempre os Exércitos se encontraram relativamente afastados da Sociedade Civil, que nutria por eles certa incompreensão, apesar da ligação umbilical da instituição militar à Sociedade Civil.

Diz Grimaldi, com alguma razão, a propósito da comunidade militar: "Passada a porta de armas está [-se] etnologicamente, etologicamente, sociologicamente no estrangeiro. Nitidamente materializada por outra espécie de barreiras, de guaritas, de muros, a fronteira é por demais manifesta"[15]. "A sociedade militar não se dilui na Sociedade Civil (…). Está na Sociedade Civil como ilha fortificada no mar"[16].

Hoje, pelo que se referiu, em especial pela "mercenarização" dos Exércitos, a incompreensão da Sociedade Civil relativamente à Instituição Militar será seguramente maior e será crescente.

Incomunicação e incompreensão que ameaçam crescerem, caso:

A Instituição Militar não adopte um modelo comunicacional que lhe garanta sistemática presença no quotidiano da Sociedade Civil (resposta que a cultura de discrição da Instituição militar e de cumprimento de missão tornam difícil e que o poder político nada fará para facilitar);

O segmento elitista, com maior informação e de maior competência nas matérias de defesa e segurança, não assuma como, também, responsabilidade social sua, contribuir para a presença sistemática na vida, na informação, no juízo e na decisão da Sociedade Civil.

O desenvolvimento do conhecimento e da sensibilidade da Sociedade Civil relativamente às questões da defesa e segurança, à sua correcta relação com a Instituição Militar, impõe, desde logo, uma profunda reflexão sobre a necessidade nacional de Forças Armadas.

Legítimo é indagar-se sobre a sua real necessidade, sabendo-se, como se sabe, que as Forças Armadas dos pequenos países não podem mais garantir a independência dos seus Estados, assegurar a componente externa da sua soberania. Na verdade, e como afirma Brezinski, a independência – a liberdade real – na ordem externa exige larga soma de recursos demográficos, económicos, científicos, tecnológicos, culturais e militares. Um só país está em condições para em absoluto responder a tais exigências: os Estados Unidos da América (o Iraque encarregado se tem de demonstrar que talvez não seja bem assim); outros há, poucos, que condições têm para responder aproximativamente a tais exigências (Rússia, China, Japão).

Em Portugal, as Forças Armadas jamais poderão conferir ao Estado inteira liberdade de acção na ordem externa. Legítimo e importante seria discutir publicamente, no seio da Sociedade Civil, se importa ou não manter Forças Armadas. Em caso afirmativo, para quê (propósito

Foto: Homem Cardoso, in *Soldados*

Abolida a conscrição no recrutamento dos Exércitos, cortada ficava a comunicação umbilical que uma parte significativa da Sociedade Civil mantinha com o Exército

e finalidade), com quê (dimensão e meios) e com que custos, e com que tipo de relação do Estado e Sociedade Civil com as Forças Armadas.

Foto: in *Exército Português - Imagens da I Guerra Mundial*

Creio que a História mostra bem quão importante e necessárias são as Forças Armadas

Foto: in *Forças Armadas Portuguesas*

... importante é respeitar a sua [das Forças Armadas] ideologia formal (ordem–disciplina–unidade), concedendo-lhes, com oportunidade e suficiência, os meios materiais e imateriais indispensáveis à satisfação da distintiva e psicologicamente mobilizadora condição militar, a um exercício efectivo de comando que afaste das Forças Armadas a tentação sindical

Creio que a História, mesmo a recente, mostra bem quão importante e necessárias são as Forças Armadas, mesmo considerando o papel das Forças de Segurança.

Como testemunho demonstrativo da importância e necessidade das Forças Armadas invocar se poderá:

O papel das Forças Armadas no PREC, nomeadamente na reabilitação da moral e da eficácia das Forças de Segurança;

O papel das Forças Armadas e utilização, ou sua participação, em missões internacionais (no Kosovo, como moeda de troca no apoio internacional à questão portuguesa de Timor);

A utilização das Forças Armadas, em 1998, na recolha dos cidadãos nacionais em situação precária na Guiné-Bissau e na ajuda, ao povo e Estado daquele país;

A utilização em missões internacionais, como instrumento de potenciação da nossa presença e acção externas;

O seu emprego em situações de calamidade pública. Em Nova Orleães os EUA recorreram às Forças Armadas, dada a inteira disponibilidade do seu pessoal e dados os meios operacionais de que dispõem.

Aceitando que são necessárias, importante é respeitar a sua ideologia formal (ordem–disciplina–unidade), concedendo-lhes, com oportunidade e suficiência, os meios materiais e imateriais indispensáveis à satisfação da distintiva e psicologicamente mobilizadora condição militar, a um exercício efectivo de comando que afaste das Forças Armadas a tentação sindical (entre os militares ou forças partidárias).

Nesta perspectiva, politicamente errada é a qualificação dos militares como funcionários da Administração Pública. Errado é incluir os militares no "novo regime dos vínculos, carreiras e remunerações dos trabalhadores da administração pública"[17], mesmo

"salvaguardando as peculiaridades do seu estatuto"[18]. A interdição de actividades políticas, de sindicalização, de greve, a limitação de direitos fundamentais e sobretudo a disponibilidade permanente para serem projectados para qualquer Teatro de Operações e arriscar a vida só se percebe e aceitará sem relutância com um estatuto especial para os militares, com a condição militar, aliás reconhecida e legalmente consagrada em toda a União Europeia.

Terá sido a preocupação de garantir uma reflexão conjunta inter-forças, mas também da Sociedade Civil com a Instituição Militar, que terá levado o General Câmara Pina, em 1969, a criar o Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional.

Preocupação igual, potenciada pela existência de um regime democrático, me levou, logo após o 25 de Novembro, na qualidade de CEME, a encarregar o General Lopes dos Santos, Vice-CEME, de "procurar reestruturar, atentas as condições sociais, políticas e militares de então, o antigo Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional"[19].

Preocupação e propósitos iguais me levaram a propor e a conseguir que o Conselho da Revolução aceitasse criar, a 12 de Julho de 1976, o Instituto de Defesa Nacional na dependência directa do CEMGFA, e que a partir de princípios de 1977 passaria a ser dirigido pelo Vice-Almirante Leonel Cardoso.

Restabelecidos foram, então, os cursos de defesa nacional, que visavam a reunião de "militares e civis responsáveis pelos problemas de defesa, ou a eles de qualquer forma ligados, promovendo assim a necessária aproximação entre os dois sectores da vida nacional e um melhor conhecimento e compreensão dos problemas mútuos e dos seus condicionamentos"[20].

Em suma, pretendeu-se reabrir a auto-estrada entre as Forças Armadas e a Sociedade Civil, de maneira que não mais as Forças Armadas estivessem na "Sociedade Civil como uma ilha fortificada no mar"[21], como disse Grimaldi, mas antes como um instrumento da Sociedade Civil e do Estado e, assim, aberto e interessado em manter, com um e outra, uma sistemática interacção dialógica contributiva da preservação e desenvolvimento da comunidade nacional.

Sobre a justeza deste grande propósito, mais que militar, civil, melhor do que ninguém poderão os senhores e as senhoras, que frequentaram o Instituto de Estudos Militares, pronunciar-se.

Vivemos, como diz Rafael Alvira, o "tempo da democracia"[22], que é "a forma e o fim da sociedade moderna, e não só uma forma de governo"[23]. Mas "no coração da democracia está a ideia de Sociedade Civil"[24], que é a "sua fonte e motor"[25]. Fonte de água viva e motor de sucesso na vida e futuro da sociedade, se todos, em especial os meios de informação, maior conhecimento e responsabilidade tiverem, se se empenharem na discussão socialmente mobilizadora do papel e acção da própria Sociedade Civil, na racionalização nacionalmente integrada das estruturas, como é o caso das Forças Armadas, que ao Estado conferem condições operacionais que sustentem políticas de modernização económica, científica e cultural, e justas políticas de desenvolvimento social, justiça e integração.

---

[1] ALVIRA, Rafael – Lógica y sistemática de la sociedad civil. In ALVIRA, Rafael et ali., ed. - *Sociedad civil. La democracia y su destino*. Pamplona: EUNSA, 1999 (col. Filosófica, nº 144). p.70

[2] ALVIRA, Rafael – Lógica y sistemática de la sociedad civil. p.75

[3] VANNEY, Maria Alejandra – *Consensualismo y govierno político*. Navarra: Universidad de Navarra, 2005 (Cuadernos Empresa y Humanismo, 94). p.35

[4] VANNEY, Maria Alejandra – *Consensualismo y govierno político*. p.28

[5] HAZARD, Paul – *La pensée européenne au XVIII^e siècle*. Paris: Fayard, d.l. 2006 (col. Pluriel Philosophie). p.183

[6] HAZARD, Paul – *La pensée européenne au XVIII^e siècle*. p.184

[7] HAZARD, Paul – *La pensée européenne au XVIII^e siècle*. p.184

[8] HAZARD, Paul – *La pensée européenne au XVIII^e siècle*. p.186

[9] HAZARD, Paul – *La pensée européenne au XVIII^e siècle*. p.186

[10] KANT, Immanuel – *A paz perpétua e outros opúsculos*. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, d.l. 2005 (Textos filosóficos, 18). p.101

[11] KANT, Immanuel – *A paz perpétua e outros opúsculos*. p.134

[12] HUGO, Victor - Discurso efectuado na Conferência Universal para a Paz, em Paris, em 1851

[13] RÉMOND, René – *Introduction à l'histoire de notre temps. 1. L'Ancien Regime et la révolution, 1750-1815*. Paris: Éditions du Seuil, 1974 (Points, H12). p.193

[14] KANT, Immanuel – *A paz perpétua e outros opúsculos*. p.99

[15] GRIMALDI, Nicolás – Observaciones de un ciudadano sobre el carácter enigmático de la sociedad civil. In ALVIRA, Rafael et ali., ed. - *Sociedad civil. La democracia y su destino*. Pamplona: EUNSA, 1999 (col. Filosófica, nº 144). p.22

[16] GRIMALDI, Nicolás – Observaciones de un ciudadano sobre el carácter enigmático de la sociedad civil. p.22

[17] MOREIRA, Vital – Juízes-funcionários?. *Público* (13 Nov. 2007). 41

[18] MOREIRA, Vital – Juízes-funcionários?. *Público* (13 Nov. 2007). 41

[19] VIEIRA, Guilherme Belchior – *O desafio do IDN em 1977-80. Renascimento de uma visão*. [texto policopiado]. Palestra General Câmara Pina, 21 de Junho de 2007. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2007. p.2

[20] VIEIRA, Guilherme Belchior – *O desafio do IDN em 1977-80.* p.4

[21] GRIMALDI, Nicolás – Observaciones de un ciudadano sobre el carácter enigmático de la sociedad civil. p.22

[22] ALVIRA, Rafael et ali., ed. - *Sociedad civil. La democracia y su destino*. Pamplona: EUNSA, 1999 (col. Filosófica, nº 144). p.XI

[23] ALVIRA, Rafael et ali., ed. - *Sociedad civil. La democracia y su destino*. p.XI

[24] ALVIRA, Rafael et ali., ed. - *Sociedad civil. La democracia y su destino*. p.XI

[25] ALVIRA, Rafael et ali., ed. - *Sociedad civil. La democracia y su destino*. p.XI

Autor

General
António Ramalho Eanes

A evolução da conflitualidade

Caracterização e tendências dos actuais conflitos

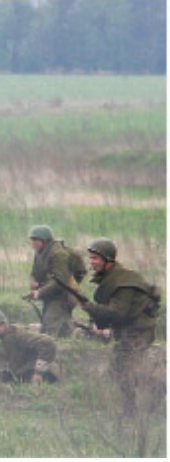
O período do pós-Guerra Fria tem sido marcado por manifestações de conflito violento que são alarmantes e apresentam novos contornos. De acordo com Martin van Creveld, no livro de 1991, *The Transformation of War*, a era da guerra total foi substituída por uma ampla variedade de Conflitos (internos) de Fraca Intensidade (CFI).[1]

> No futuro, a guerra não será feita por exércitos, mas por grupos a que chamamos terroristas, guerrilhas, bandidos e ladrões. As suas organizações terão uma base mais carismática do que institucional. A sua postura será mais fanática e menos "profissional"

De acordo com esta obra visionária de van Creveld, a guerra trinitária de Clausewitz está a desaparecer. A guerra trinitária assenta no princípio de que os Estados lutam entre si com exércitos regulares e, por regra, deixam as populações fora do conflito. Este tipo de guerra surgiu após as novas condições criadas na Europa depois da assinatura do Tratado de Vestefália, em 1648, mediante o qual o Estado-nação se torna "a forma dominante de organização política na Europa."[2]

Van Creveld afirma que a maior parte dos conflitos desde 1945 são de baixa intensidade. São conflitos que têm lugar nas áreas mais atrasadas do mundo. Geralmente não envolvem exércitos regulares, pelo menos dos dois lados. Quando muito, de um lado estão soldados, combatendo, do outro, guerrilhas, terroristas e mesmo civis, incluindo mulheres e crianças. Em terceiro lugar, os beligerantes não dispõem de armamento de alta tecnologia. Os CFIs são as guerras de descolonização, as guerrilhas, as guerras civis, os conflitos étnico-religiosos. Estes conflitos não só têm sido os mais frequentes como os mais sangrentos. Embora de dimensões variáveis, estas guerras são muito destrutivas, tendo em conta o seu impacto em territórios e populações de modesta dimensão. No total, fizeram um número de mortos semelhante ao da I Guerra.[3]

O mesmo van Creveld diz que a guerra convencional, que dominou o pensamento militar oficial e a organização dos aparelhos militares, está a extinguir-se. À medida que a guerra convencional sai de cena, outra versão a substitui. São os CFIs que, segundo van Creveld, tal como uma doença, tendem a disseminar-se e a alastrar pelo



corpo, contagiando os outros órgãos. Eles podem ser fenómenos de terrorismo, insurreição, guerras de mato ou guerras de guerrilha.[4] Haverá alguma dúvida quanto a isto, depois de assistirmos aos conflitos na Bósnia, Kosovo, Tchechénia, Afeganistão e Iraque?

Diz van Creveld: "Sendo a guerra a mais imitável de todas as actividades humanas, o processo de combate nos CFIs levará os dois beligerantes a adoptarem comportamentos semelhantes... Os conflitos generalizados desta natureza farão desaparecer as distinções entre governo, forças armadas e povo. As soberanias nacionais estão já a ser minadas por organizações que recusam reconhecer o monopólio do Estado sobre a violência armada. Os exércitos serão substituídos por forças do tipo policial, por um lado, e por grupos de bandidos, por outro... As fronteiras nacionais, que de momento constituem o maior obstáculo ao combate aos CFIs, podem ser obliteradas, ou tornar-se inúteis, à medida que grupos rivais se envolvam em perseguições mútuas através delas."[5] Não haverá um campo de batalha bem definido e, assim, os combates estender-se-ão por áreas indistintas, envolvendo as populações civis.

No futuro, a guerra não será feita por exércitos, mas por grupos a que chamamos terroristas, guerrilhas, bandidos e ladrões. As suas organizações terão uma base mais carismática do que institucional. A sua postura será mais fanática e menos "profissional". As motivações serão ideológicas e religiosas, assentes num forte sentido de lealdade a uma causa. A liderança dificilmente se poderá distinguir da organização como um todo.[6] Para a Europa Ocidental e América do Norte, van Creveld vaticina: "as futuras entidades beligerantes assemelhar-se-ão provavelmente aos Assassinos, o grupo que, motivado pela Religião e recorrendo ao uso de drogas, aterrorizou o Médio Oriente medieval por dois séculos."[7]

O aumento da morte de civis é sintoma de outra das características dos novos conflitos, bem como "o recurso a tácticas de guerra suja".[8] Segundo Nordstrom, "as guerras sujas almejam a vitória, não através de tácticas militares e no campo de batalha, mas através do horror. Os civis, mais do que os militares, são os alvos tácticos e o medo, a brutalidade e o assassínio são os alicerces nos quais este controlo é construído."[9] O abuso massivo dos Direitos Humanos e o aumento das violações de mulheres, como tácticas de terror e de controlo, são um indício da brutalidade dos actuais conflitos. Fetherston chama a atenção daqueles que trabalham na gestão de conflitos para a necessidade de compreender as "… experiências de violência e culturas de violência que se enraízam nas estruturas sociais…"[10] dos beligerantes.

Os conflitos prolongados criam o terreno ideal para o crime organizado e a corrupção, principalmente porque destroem as estruturas políticas e cívicas.

O que é de salientar é que, nesta era em que vivemos, certas ameaças transnacionais, como o terrorismo, o crime organizado e a proliferação armamentista, têm grandes probabilidades de se conjugarem, constituindo ameaças de uma dimensão inaudita. A *Estratégia Europeia em Matéria de Segurança* (Dezembro de 2003) chama a atenção para o perigo que a congregação destas ameaças representa.

A Estratégia afirma que os conflitos conduzem "ao extremismo, ao terrorismo e ao fracasso dos Estados e oferecem, além disso, oportunidades à criminalidade organizada."[11] Todas estas ameaças estão interrelacionadas e alimentam-se mutuamente, uma vez que as "…actividades criminosas estão muitas vezes associadas a Estados fracos ou enfraquecidos."[12] Os conflitos corroem os Estados por dentro, fazendo deles presa fácil do crime organizado e do terrorismo – um fenómeno de parasitismo.

A combinação de fronteiras permeáveis e instituições frágeis torna os Estados fracos particularmente vulneráveis. Uma das razões que explica o insucesso dos Estados Unidos no Iraque é ter, na fase inicial, destruído o Estado (e o aparelho militar e de segurança) iraquiano, criando o campo de actuação propício para as forças da insurreição. Num mundo onde o Estado está fragilizado ou em decadência, a sua destruição faz dele uma presa fácil do crime organizado e do terrorismo (fenómeno de parasitismo do Estado). Embora o objectivo das organizações criminais não seja o derrube dos governos, elas neutralizam instituições fundamentais, como os tribunais, a polícia e mesmo os militares, de forma a operarem livremente.

Os conflitos prolongados criam o terreno ideal para o crime organizado e a corrupção, principalmente porque destroem as estruturas políticas e cívicas. Quando o Estado perde os seus mecanismos de controlo, como a polícia e as instituições fiscais, estão criadas as condições para que os *gangs* criminais criem as suas redes informais. São essas redes criminosas, estabelecidas durante a guerra, que fizeram da Bósnia um território onde prospera o crime organizado e actividades ilícitas de todo o tipo.[13]

Os "Estados falhados" são também o alvo favorito dos grupos terroristas, como a al-Qaeda. Efectivamente, os "Estados falhados" são o equivalente, para as redes de terrorismo global, da sede de uma multinacional, fornecendo instalações ou 'nós' estáveis, onde situar instalações de treino e armazéns."[14] Onde a autoridade central se desagregou, é onde os terroristas encontram melhores condições para conduzir as suas operações sem o risco de interferências externas. O controlo sobre zonas dos "Estados falhados" permite aos terroristas montar a sua infra-estrutura operativa, mas também fazer investimentos de forma a gerar fundos para as suas operações. Os "Estados falhados" permitem aos terroristas e aos grupos do crime organizado dedicarem-se ao contrabando (tráfico de seres humanos, armas e narcóticos na Bósnia, Albânia e Kosovo) e à produção e exportação de droga (al-Qaeda, no Afeganistão, e grupos de guerrilha, na Colômbia). A falta de eficiência e de autoridade nos "Estados falhados" põe à disposição dos terroristas uma massa de descontentes que são facilmente recrutáveis pelos terroristas.

Por sua vez, o terrorismo tornou-se parte do paradigma de guerra, como estratégia assimétrica e substituto dos ataques convencionais. O terrorismo deixou de ser uma actividade marginal, para se tornar numa forma moderna de guerra, como o demonstram a violência terrorista no Iraque e na Chechénia. O terrorismo ultrapassou, especialmente desde o 11 de Setembro, todas as

Quando o Estado perde os seus mecanismos de controlo, como a polícia e as instituições fiscais, estão criadas as condições para que os *gangs* criminais criem as suas redes informais

barreiras possíveis e esperáveis e fez tábua rasa das considerações morais que tradicionalmente limitavam a actividade destrutiva dos terroristas.

A guerra deixou de ser o fenómeno caracterizado, à luz das definições clássicas, como "hostilidade aberta entre exércitos de Estados". Em 1999, dois coronéis chineses escreveram um livro intitulado *Unrestricted Warfare* (*Guerra sem Limites*). Nela, os autores definiram um novo fenómeno de guerra que "transcende todas as fronteiras e limites… usando todos os meios, inclusive a força armada e não armada, militar e não militar, letal e não letal, para obrigar o inimigo a aceitar os nossos interesses."[15] John Keegan, o famoso historiador da guerra, avança com a ideia de que "a grande missão de desarmar tribos, seitas, senhores da guerra e criminosos – o principal feito dos monarcas do século XVII e dos impérios no século XIX – ameaça tornar-se, de novo, uma necessidade. Nem todos os estabelecimentos militares possuem a capacidade, equipamento e implacabilidade cultural necessária para a tarefa."[16] Efectivamente, a mutação dos conflitos, na direcção de fenómenos do tipo barbárie, tenderá a arrastar o mester militar para os limites do não-convencional – para a Guerra de Quarta Geração (GQG). A GQG define um fenómeno em que a organização do inimigo é uma estrutura não-hierárquica; os combates são dispersos e a frente de batalha desaparece; a natureza das operações é não-assimétrica; os antagonistas privilegiam os *media* e os meios culturais/psicológicos; o alvo a atingir é a vontade política do adversário, mais do que a sua organização militar.

O terrorismo, desde o 11 de Setembro, fez tábua rasa das considerações morais que tradicionalmente limitavam a actividade destrutiva dos terroristas

A guerra deixou de ser o fenómeno caracterizado, à luz das definições clássicas, como "hostilidade aberta entre exércitos de Estados"

A Guerra de Quarta Geração é constituída por um *mix* de características das gerações anteriores, tais como a descentralização das operações e da iniciativa, mas noutros aspectos a Quarta Geração afasta-se de formas de beligerância anteriores. Segundo alguns autores, o mais correcto seria não ver na Quarta Geração uma substituição dos estilos de guerra precedentes, mas perceber que esta forma de beligerância coexiste com formas das gerações prévias.

Fotos © Lusa

---

[1] Martin van Creveld, *The Transformation of War*, NI, The Free Press, 1996, p. 20.

[2] *Id.*, p. 49.

[3] *Id.*, p. 20.

[4] *Id.*, p. 224.

[5] *Id.*, p. 225.

[6] *Id.*, p. 197.

[7] *Ibid*.

[8] Carolyn Nordstrom, "The Backyard Front", in C. Nordstrom e J. Martin (eds.), *The Paths to Domination, Resistance, and Terror*, Berkeley, CA, University of California Press, 1992, p. 261.

[9] *Ibid*.

[10] A. Betts Fetherston, "Voices from Warzones: Implications for Training", in Edward Moxon-Brown (ed.), *A Future for Peacekeeping?*, Houndsmill-Basingstoke, Macmillan, 1998, p. 164.

[11] Ten.-Cor. Eric D. Stevens, "Asymmetric Warfare: New Networks against Network Terrorism", Canadian Forces College, AMSC 5, Outubro de 2002, p. 4.

[12] Conselho Europeu, "Uma Europa segura num mundo melhor: estratégia europeia em matéria de segurança", Bruxelas, 12 de Dezembro de 2003, p. 4.

[13] Espen B. Eide, "Conflict Entrepreneurship: On the 'Art' of Waging Civil War", in Anthony McDermott (ed.), *Humanitarian Force*, Oslo, PRIO report 4/97, 1997, pp. 41-70.

[14] V. Ray Takeyh e Nikolas K. Gvosdev, "Do Terrorist Networks Need a Home?", *The Washington Quarterly*, Verão de 2002 (em http://www.cfr.org/pub7348/ray_takeyh_nikolas_k_gvosdev/do_terrorist_networks_need_a_home.php).

[15] Cit. in Parag Khanna, "Terrorism as War", *Policy Review* (http://www.policyreview.org/oct03/khanna_print.html).

[16] *Ibid.*

Autora

Maria do Céu Pinto
Professora na Universidade do Minho
Sócia nº 778/00 da AACDN

Joaquim Fernando Nogueira

(XI e XII Governos Constitucionais)

Nome: Joaquim Fernando Nogueira
Data de nascimento: 26 de Março de 1950
Naturalidade: Matosinhos
Número de filhos: 4

Foi uma das figuras mais influentes dos governos de Cavaco Silva. A opinião pública considerava-o afável, simpático, activo e bom negociador; os jornalistas surpreenderam-se com a sua rápida ascensão política; as chefias militares depositavam nele uma esperança manifesta em recuperar o "prestígio", que parecia abalado pela nomeação do seu antecessor. O seu desempenho no processo de negociação, para o acordo de Revisão Constitucional com o PS, terá sido determinante para a obtenção de um grande estatuto político.

Fernando Nogueira, actualmente com 57 anos, planeava seguir carreira docente na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, antes de se tornar militante do PSD, em 1982. Logo no ano seguinte, foi escolhido para Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional do Governo de Mário Soares e Mota Pinto. Exerceu o cargo durante cerca de dois anos, sendo depois nomeado Ministro-adjunto do X Governo Constitucional, Ministro da Presidência e, simultaneamente, Ministro da Justiça do XI Governo Constitucional.

A primeira indigitação para a pasta da Defesa deu-se 5 de Março de 1990. Permaneceu no cargo até Março de 1995, já durante o XII Governo Constitucional, em acumulação com o de Ministro da Presidência.

Dentro do PSD, Fernando Nogueira foi membro do Conselho Nacional e, Vice-presidente da Comissão Política Nacional, nos XII, XIV e XV Congressos. Em 1987, foi eleito deputado à Assembleia da República pelo círculo de Coimbra e, em 1991 e 1995, pelo círculo do Porto. Tornou-se Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, durante o XVII Congresso Nacional, após disputa com Durão Barroso e Pedro Santana Lopes. As eleições legislativas, de 1 de Outubro de 1995, trouxeram-lhe uma pesada derrota, perante o candidato do PS, António Guterres. Pediu a demissão da presidência do PSD, poucos meses depois.

Já fora da vida pública, Fernando Nogueira dedicou-se à Banca. Foi, até recentemente, responsável pelo grupo Millennium BCP, em França. É Presidente do Millennium Angola, desde a sua fundação.

Principais medidas enquanto MDN

"Reorganização e modernização" foram os argumentos que sustentaram a implementação de profundas mudanças – por parte do Governo que integrava – sobre a Defesa Nacional, em geral, e as Forças Armadas, em particular.

O primeiro sinal de reforma terá sido a publicação do Dec-Lei n.º 259/90, de 17 Agosto, que apontava, como objectivo, a "redução de quadros e não empolamento de efectivos". O Decreto referia também a necessidade de evitar o "bloqueamento da gestão das carreiras militares" e estimular "um maior descongestionamento dos quadros nos postos superiores mediante a antecipação de reformas".

O ano seguinte ficou marcado por um conjunto de publicações legais relevantes, nomeadamente o diploma que condensava a matéria em vigor, relativa ao Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas (Dec-Lei n.º 93/91); o Regulamento da Academia Militar, ainda em vigor (Portaria n.º 425/91); a Lei de alteração à Lei do Serviço Militar (Lei n.º 22/91), que criava o serviço militar nos Regimes de Voluntariado (RV) e Contrato (RC); e, mais importante ainda, a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (mais conhecida por LOBOFA) e o Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares do Exército (Portaria n.º 361-A/91).

Com a publicação do Dec-Lei n.º 336/91, que definia um conjunto de incentivos de natureza socioeconómica, destinados à prestação de serviço em RV/RC, o ano de 1992, foi particularmente fértil em legislação relacionada com a matéria. A revisão do Regulamento da Lei do Serviço Militar (Dec-Lei n.º 143/92) e a adequação do Estatuto dos Militares das Forças Armadas aos novos regimes são apenas alguns exemplos. Refere-se, ainda, a polémica Lei n.º 15/92, mais conhecida pela "Lei dos Coronéis".

As Leis Orgânicas do Ministério da Defesa Nacional (Dec-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro) e do Estado-Maior-General das Forças Armadas (Dec-Lei n.º 48/93) foram dois dos diplomas mais relevantes, aprovados em 1993. Há, ainda, a Portaria n.º 616/93, que dividia a organização territorial do Exército, em seis áreas distintas, a nova Lei Orgânica da Força Aérea, que estabelecia a transferência dos páraquedistas para o Exército e legislação diversa para dinamização da Cooperação Técnico-Militar.

O ano de 1994 serviu, em grande parte, para regulamentar a organização de diversos órgãos e serviços militares, como o Gabinete do Chefe de Estado-Maior do Exército, os Comandos de Pessoal, Logística, Instrução e territoriais. Foram ainda activados o Comando das Tropas Aerotransportadas e a Brigada Aerotransportada Independente e extinta a Base Aérea de Tancos. Por último, refere-se a Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/94, que aprovava o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, entretanto substituído em 2003 por nova Resolução do Conselho de Ministros (n.º 6/2003, de 20 de Janeiro).

Autora

Tenente Ana Dias, Gabinete de Comunicação e Relações Públicas do MDN, Licenciada em Comunicação Social pelo ISCSP

SABE QUAL É A MELHOR MANEIRA DE IR DAQUI ATÉ AO ESCRITÓRIO?

É POR AQUI.

HTC P3600

GPS

- Sistema de navegação com alta voz
- 3,5 G • Wi-Fi
- Push Mail • Internet
- Microsoft Windows Mobile 5.0
- Câmara de 2 Megapixel

Deixe-se guiar pelo HTC P3600 da tmn. Um equipamento topo de gama com a mais recente tecnologia de comunicações móveis, com um sistema de navegação GPS que lhe permite saber sempre por onde anda. Para mais orientações vá a **www.tmn.pt**.

Limitado ao stock existente.

tmn

até já.

Atenção!! A cor visualizada não pode ser interpretada como sendo fiel e correspondente à versão final impressa. Esta imagem apenas serve o propósito de verificação formal, textual e de posicionamento dos elementos.

A Falência da Esperança

Tenho, para mim, que o dinamismo das sociedades nasce, sobretudo, da iniciativa dos seus corpos intermédios. Não quero com isto dizer que menosprezo o papel das classes dirigentes. Não. Digo apenas que cada um tem o seu papel, a sua missão e que estas são diferentes. E é sobre esta diferença que hoje aqui gostaria de reflectir.

... deixámos que
a lógica
do interesse eleitoral
se sobrepusesse
à lógica
do interesse nacional

Portugal vive, há anos, mergulhado em crises. As crises fazem hoje parte do quotidiano dos Portugueses, atrofiam-nos. Custa-me ver que vivo num país onde a crise "vende", onde a crítica barata prestigia e onde cada vez menos se sabe daquilo sobre que se fala. E fala-se mal. Há dias, viajando de táxi em Lisboa, comentava-me o motorista que não tinha partido político para votar. Questionado por mim, continuou dizendo que era de direita e não havia em Portugal nenhum partido de direita. Ainda lhe perguntei a opinião sobre as diferenças que considerava haver, hoje, entre direita e esquerda, e ele, placidamente, respondeu-me: "sou de direita porque isto são tudo uns vigaristas." Esta "voz do povo" tem tanto de inocente como de sagaz. O pobre do taxista não sabia o que dizia, mas ainda acreditava no País. A sua "direita" era a sua esperança. E esse acreditar é o que nos falta. A nossa crise é, assim, a falência da esperança.

... para pensarmos em objectivos nacionais não podemos cingir-nos ao quadro de um mandato eleitoral; temos que ir mais longe, pensar num quadro de gerações

Tenho referido várias vezes que Portugal não tem objectivos nacionais. Cada vez mais estou seguro disso. E cada vez mais me convenço de que isso é culpa exclusiva do nosso modelo parlamentar, ou melhor, da ineficácia das instituições democráticas. Com efeito, deixámos que a lógica do interesse eleitoral se sobrepusesse à lógica do interesse nacional. E esta sobreposição empobreceu a grandeza dos objectivos: é que para pensarmos em objectivos nacionais não podemos cingir-nos ao quadro de um mandato eleitoral; temos que ir mais longe, pensar num quadro de gerações. E é isso que é difícil. E perdidos os objectivos nacionais, perderam-se os princípios. Com efeito, são estes que justificam aqueles. Daí que me pareça que a nossa sociedade já só vive de imperativos. E são realidades diferentes: os princípios estruturam, os imperativos aplicam na prática; os princípios partem do pensamento, os imperativos da decisão; uns convivem com os líderes, outros coexistem com os corpos intermédios da sociedade. O resvalar dos princípios para os imperativos, a confusão que se instalou entre os dois conceitos e quem os deve dominar são as realidades que geraram a actual situação: um país sem objectivos, sem rumo.

Proporcional à falta de objectivos nacionais, é a falta de respostas aos grandes desafios. Como quer Portugal gerir nas próximas décadas a Educação, o Mar, a relação com os PALOPs, com o Brasil, com a Europa, ou mesmo com a Espanha? Que patamar queremos atingir em termos de crescimento demográfico, de emprego, de projecção das cidades, do Turismo, da Agricultura, da Indústria? Quem sabe? Ninguém sabe para onde queremos ir. E os Governos apenas sabem gerir os tempos do compasso eleitoral. Em Portugal gerem-se eleições, gerem-se imagens e gerem-se carreiras pessoais. A classe política esqueceu o futuro do País, para além das próximas eleições.

Ora, aqui reside outro problema: é que não havendo princípios, não pode haver imperativos. E se os princípios são proclamados pelos líderes, os imperativos são vividos pelos executores. E são estes que, por consequência, não têm hoje referências. Sempre que vejo uma empresa a deslocalizar-se para outro país, associo à ideia de falta de objectivos nacionais. Sempre que me falam em evasão fiscal, associo à ideia de falta de objectivos nacionais. Sempre que vejo uma greve geral, associo à ideia de falta de objectivos nacionais...

Os objectivos nacionais são o elemento de motivação que falta a Portugal. Têm é que ser claros, consensuais e superiores à capacidade de visão da geração que tem o Poder.

Creio que tudo isto tem solução. E solução com o enquadramento constitucional que temos. São necessários só dois atributos: vontade e coragem. Vejamos: no nosso sistema constitucional, vulgarmente conhecido como semi-presidencialista, a figura do Presidente da República assume um poder moderador. Esse poder moderador confere ao órgão uma posição de proeminência relativamente aos três grandes poderes do Estado de Montesquieu, neste caso, sobre o Governo, o Parlamento

... é o Presidente da República que tem a chave para a resolução dos problemas nacionais

Foto © Lusa

O Instituto de Defesa Nacional (...) constitui uma verdadeira "torre de controlo" do pensamento estratégico português. É dele, e só dele, que pode partir a base de trabalho que é necessária para a formulação e concretização dos objectivos nacionais do Portugal do século XXI

Foto © Lusa

e os Tribunais. Ora, é esse lugar de proeminência que permite ao Presidente da República criar mecanismos de consenso no quadro partidário que elevem o debate à busca de soluções de longo prazo. Quer dizer: é o Presidente da República que tem a chave para a resolução dos problemas nacionais; é ele o único órgão de poder democrático que pode criar uma dinâmica de consensos, uma perspectiva de futuro, uma paixão nacional que permita a todos os Portugueses saberem para onde estão a ir e para onde os podem levar. E isso há muito tempo que não está a ser feito. E resolvido esse assunto, tudo ficará mais fácil. Até porque deixa clara a importância das Forças Armadas e das Forças de Segurança na Defesa dos mesmos objectivos nacionais. A Transição de Espanha, nos anos 70 mesmo aqui ao lado, é uma boa lição de como os consensos criados são um factor claro de afirmação e desenvolvimento de um país.

E é com a dureza desta preocupação, mas com a esperança que a História nos ensina a ter, que me despeço dos nossos leitores, pelo menos enquanto membro dos corpos sociais da nossa Associação. Pela primeira vez, deixo uma nota totalmente negativa nos meus escritos. Faço-o com a consciência de que me estou a dirigir a todos aqueles que, como disse no princípio deste texto, têm o poder das grandes iniciativas, aqueles que, como eu, pouco conhecem, mas que, com o seu trabalho, estão determinados a construir um país melhor para as gerações que virão. Aqueles que, no fundo, precisam de saber para onde vai Portugal.

Nota final: toda esta reflexão se prende com outra, a da importância do Instituto de Defesa Nacional na clarificação do rumo estratégico de Portugal. É essa importância que me parece que começa a esquecer-se. E mal. O Instituto de Defesa Nacional, pela sua própria natureza, constitui uma verdadeira "torre de controlo" do pensamento estratégico português. É dele, e só dele, que pode partir a base de trabalho que é necessária para a formulação e concretização dos objectivos nacionais do Portugal do século XXI. Dentro desta lógica, que é hoje, e cada vez mais irreversível para a subsistência do País, requalificar o Instituto de Defesa Nacional e torná-lo independente das vicissitudes eleitorais deveria constituir uma prioridade do Estado. Creio, assim, que os sinais dos tempos nos fazem começar a pensar na adequação da subordinação do Instituto de Defesa Nacional à Presidência da República. É, a meu ver, a forma mais simples de elevar o patamar das ambições nacionais, de pensar estrategicamente mais longe. E sobretudo de ver o País apostar no desenvolvimento, na vez da gestão das infindáveis crises. É este, também, o grande desafio que fica aberto para os que se nos seguirem na condução dos destinos desta nossa Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.

... os sinais dos tempos nos fazem começar a pensar na adequação da subordinação do Instituto de Defesa Nacional à Presidência da República

Até breve!

Autor

José António Silva e Sousa
Auditor do CDN 2002
Presidente da Assembleia Geral da AACDN

Empresas e Instituições amigas da AACDN

Ministério da Defesa Nacional

Exército

Jornal do Exército

ANA Aeroportos de Portugal

Delta Cafés

O BPN é o Banco com lugar para todos

BPN

PT

REN Redes Energéticas Nacionais

Montepio

Fundação Luso-Americana

Vila de Cascais

Brisa

Mui Nobre e Sempre Leal Cidade de Évora

Herdade do Esporão Enoturismo

Os CTT-Correios de Portugal têm por missão o estabelecimento de ligações físicas e electrónicas entre os cidadãos, a administração pública, as empresas e as organizações sociais em geral. A sua tradição postal será progressivamente reforçada e alargada às actividades e áreas de negócio onde a vocação logística e comunicacional da empresa possa ser eficientemente colocada no serviço dos clientes.

ctt

Município de Reguengos de Monsaraz

Rumo à Modernidade

Relato de uma viagem à China realizada pela AACDN em Julho/Agosto de 2007

Por Terras do Extremo Oriente

II Parte

ChongQing (isto é, a dupla felicidade)

Partimos de Guilin para Chongqing em avião da *Xiamen Airlines*, num pequeno voo de cerca de uma hora. As hospedeiras usavam trajes regionais muito bonitos.

Conhecemos em Chongqing o guia que nos acompanhou até Beijing. O seu nome creio que era Huan. Parecia algo incomodado, ou seria timidez?

Apresentou-nos a nossa guia local chamada Windy. Só falava inglês, mas com grande desenvoltura.

Huan traduzia para espanhol, mas com grande relutância.

Windy era uma "bonequinha de porcelana" tão linda que dava vontade de tocar para ver se era real. Fez questão em provar que Chongqing era a maior cidade do mundo, com 32 milhões de habitantes e sempre a crescer. Nem a cidade do México, nem Tóquio lhe chegavam aos calcanhares.

À nossa observação se isso seria bom ficou sem resposta... As tais diferenças culturais!

Chongquing é atravessada pelo rio Iantzé, o maior rio da China, com cerca de 6300 km de extensão. Nos meus tempos de liceu, conhecia-o por Iansequião. Num mapa chinês vem Iang (rio) Tse-Qiang.

A Windy falou-nos muito do "Panda gigante" (O Huan, no seu típico espanhol, traduzia por *Osso Panda*. Este panda está em grande perigo de extinção: parece que só há sete no mundo (Interessante – li por estes dias que a China tinha oferecido dois a Espanha. Não haverá qualquer engano?) Bom, mas o pior é que também só comem uma

espécie de bambu, que está também em extinção. Há que optar, ou o panda, ou o bambu!, ou então ensinar o panda a comer outra coisa. Segundo li, o seu aparelho digestivo é de carnívoro, mas a sua indolência não lhe permite caçar. Por outro lado, o valor calórico do bambu é tão baixo que também não pode despender energia em caçadas. Problema complicado!

Infelizmente, só acasalam um mês por ano e abortam com grande facilidade. A mãe só é capaz de cuidar duma cria de cada vez pelo que, se nascem gémeos, um morre. A gestação é de quatro a cinco meses e as crias são tão pequenas que parecem ratos cinzentos avermelhados.

Fomos almoçar em restaurante local de grande classe. Estávamos prevenidos para comida muito picante, mas afinal foi o costume. Demos uma volta de autocarro pela cidade e visitámos o Erling Park e o Zoo. A cidade está em grande crescimento com grandes arranha-céus. Tem grandes desníveis; logo, não há bicicletas, mas há potentes automóveis e muitas pontes. Há transportes públicos em monocarril aéreo.

O rio Iantze vai amarelo das cheias. Nesta altura do ano faz muito calor. Chegam a verificar-se 50ºC com 90 a 95% de humidade. O inverno é rigoroso: 2 a –8ºC. Nos dias de maior calor, os pobres cavam buracos no chão ou procuram os centros comerciais com ar condicionado.

No Zoo, vimos dois dos sete pandas sobrantes. A sua preguiça é proverbial: passam a vida deitados. Até comem deitados, com o bambu sobre a barriga. Mas têm grandes dentes de carnívoros. As anedotas na China substituem os alentejanos pelos pandas!...

Fomos ainda visitar uma exposição de pintura chinesa. Havia coisas muito lindas a preços muito variados. Achei fantástica a pintura sobre a folha de Ficus: esta é dissolvida numa água especial, ficando apenas a trama dos veios minúsculos da folha. Parece uma pintura no espaço ou um holograma!

Fiquei também a saber que uma pintura chinesa de autor tem quatro elementos artísticos: o desenho, a poesia inserida, a caligrafia e a assinatura.

Ah! O tão desejado rio Azul!

Subimos a um lindo jardim coroado por uma torre-miradouro sem grande qualidade estética. Mas a vista vale a pena: vê-se a junção do Iantze com o seu afluente Jialing (de igual largura), os edifícios em torre estendem-se a perder de vista (aliás a visibilidade está toldada por um capacete de humidade). Percebemos que a cidade tem vários pólos de grande densidade e outras zonas verdes não habitadas. A imagem que fica é um tanto ou quanto feia e cinzenta! Será agradável viver no meio de tantos milhões?

Como curiosidade, esta cidade já foi sede do Governo durante a guerra com o Japão. Escolhida devido à distância da costa e os frequentes nevoeiros que dificultavam os bombardeamentos. A população escondia-se nas muitas grutas e cavernas existentes nos montes circundantes.

A circulação automóvel é intensa. Vêem-se carros de último modelo das melhores marcas europeias.

Fui a um centro comercial moderníssimo e muito bem apetrechado. Guardo a foto em que estou com dois jovens chineses eufóricos, levantando os dedos em V de vitória!

Após o jantar no *Marriot Hotel*, seguimos para o cais onde iremos dar início *à viagem maravilhosa no Yantze*

O Cruzeiro no Rio Azul

Confesso que, para mim, um dos atractivos irresistíveis para esta aventura na China foi o Cruzeiro no Iantze e, é claro, também a Grande Muralha.

Este rio, que aprendi a chamar de Iansequião, ou Rio Azul, tem um apelo mítico desde que li há muitos anos o livro *Os Grandes Rios*. O autor é um viajante que percorre o rio desde ChongQing até Xangai, num tempo em que poucos ocidentais se atreviam a viajar nessas condições. Tenho agora a oportunidade, nunca imaginada, de realizar essa viagem!

Navegando...

Embarcámos, portanto, no dia 27 de Julho, no navio *Princess Sheena* da *China Regal Cruises*. Quando me instalei para dormir num dos beliches do camarote 338, estava já sonhando com as grandes aventuras dos dias seguintes.

Acordei muito cedo (às 06h30), sentindo a vibração dos hélices (fui marinheiro muitos anos) e pressenti que o navio já estava em movimento.

Rapidamente, fui até à proa, cruzando com tripulantes apressados e saudando com alegres *Nihaos*... O vento fresco sabia bem! Já tínhamos desatracado, mas ainda vi o grande movimento portuário. Viam-se pontes em construção e também grande azáfama de construção naval nas margens. Na margem direita, uma linha férrea electrificada e viadutos em construção para alguma auto-estrada.

O navio deslocava-se velozmente (5 a 10 nós), aproveitando a forte corrente, como se confirmava pelos navios em sentido contrário que pareciam parados em relação à terra.

Tomando um pequeno-almoço apressado, passando revista aos corredores e amuradas, fui observando as margens baixas. As bóias de navegação, instaladas em barcaças ancoradas, pareciam navegar em grande velocidade contra nós, por efeito da forte corrente.

Da parte da manhã havia *briefing* de orientação, apresentação de medicina chinesa, etc. Talvez a ideia fosse entreter o pessoal, já que esta parte do rio é um pouco monótona, mas eu confesso que me escapuli, perdendo essa parte cultural. Mas constou-me que o Dr Cheng (?) não satisfez as esperanças dalguns aficionados.

Vi fábricas abandonadas e outras com grande fumarada. As aldeias nas margens apresentavam núcleos urbanos separados e distintos: uns com ar decrépito, sem reboco e sem tinta, alternando com outros de casas novas e bem coloridas. Talvez isto seja uma imagem paradigmática da transformação e do salto económico que se vive na China!

O almoço a bordo foi magnífico, como aliás todas as refeições até ao fim da viagem. As empregadinhas, vestidas de azul-escuro com golinhas brancas, esmeravam-se em simpatia interrogativa: "*Fresh water? Beer? Cofee or Tea?*..."

A subida ao reino dos Infernos

Ás 14h00 atracámos à vista dum monte fortificado: Vamos visitar Fengdu, "A cidade Fantasma"!...

Não vi as ruínas que o folheto dizia existirem, não vi os fantasmas... Mas subimos, uns de teleférico, outros

a pé (não se assustaram com os anunciados 400+200 degraus), até um templo budista (ou taoista?) e foi uma experiência interessante para compreender um pouco do sentimento religioso dos chineses.

No imaginário chinês convive o mundo real e um mundo de espíritos (ou fantasmas), a que é preciso prestar vassalagem, pois estão sempre prontos a pregar-nos partidas. Nesse mundo estão também todos os antepassados, que devem ser venerados, pois são os nossos defensores perante os maus espíritos.

No meio dum largo, onde o descanso é o que sabe melhor, há três pontes paralelas sobre um pequeno lago. Claro que apetece passá-las e posar para as fotografias. Mas foi dado um alerta pelo guia: Cuidado! Só se deve atravessar pela ponte do meio e em três passadas. Com isso ganha-se uma longa vida!..

Pobre de mim que já tinha atravessado não sei qual ponte e de forma descontraída! Pedindo desculpa aos espíritos, alegando a minha condição de turista estúpido, voltei atrás e lá dei as três passadas! Seja o que Deus quiser!...

Que calor e que multidão chilreante!

Este seria um local idílico, se não estivesse inundado de gente, cujo único objectivo parecia ser banhar-se nesse mar turvo e caótico de seres irrequietos e palradores! Ah, se os seus construtores, decerto monges contemplativos, pudessem imaginar esta devassidão!...

O que leva os chineses a visitar estes locais onde nem existe culto? Não sei se os chineses rezam e se sentem necessidade de recolhimento! Bem, na verdade, acho que sei muito pouco...

Vimos muitas estátuas de monstros e seres humanos repugnantes. Terão decerto o seu simbolismo.

E a grande estátua do Rei dos Fantasmas, que mais parecia o Rei dos Infernos, era alvo das maiores atenções! Talvez as pessoas ao ver estas estátuas se sintam mais próximas do mundo onde estão os seus queridos antepassados e um dia será também o seu mundo! Talvez queiram assim reservar o seu lugar!

Enfim, continuámos subindo e surgiu uma espécie de templo de paredes pintadas num azul celeste, carregado e promissor! Pensei logo que estaríamos chegando ao Céu. Não consegui apanhar as explicações do guia, mas parece que também ali havia referências insistentes a monstros e seres maléficos mais abundantes nos infernos!

Mas pelo menos era um sítio onde podíamos descansar um pouco e apreciar a vista do Yantze. Infelizmente, esse desígnio foi frustrado pela chamada para um regresso apressado! Acho que esta visita foi programada com *déficit* de tempo. Foi pena!

Aliás, aqui, como em todo o lado, fomos inundados de vendedores que se revelaram uma praga muito pior que os temidos mosquitos da malária!

Mas apesar disso, foi aqui que comprei um mapa da China que tem sido de grande ajuda para esta crónica! Foi uma compra linda: Como era recomendado, ofereci metade do proposto e o acordo foi imediato e entusiasmado. De dentro, saltou uma menina radiante com o seu mapa da escola que conseguiu vender por 50 Yuan!...Só a sua alegria valia muito mais!...

As diversões a bordo... e a magia do grande rio

Já embarcados, tivemos uma divertida cerimónia de boas-vindas, em que o Comandante e Tripulação, animados pela Jackie (entusiástica porta-voz e apresentadora de eventos), tomaram um champanhe connosco e se prestaram a fotografias de grupo.

Tendo-me instalado no meio da comunidade chinesa, mais uma vez veio a pergunta: *Where are you from?*. A resposta *Portugal* não surtiu qualquer efeito, mas *Macau* já provocou expressões de júbilo e a exclamação partilhada por todos: Ahhh!!! ...e um nome esquisito *Putaaa*... Por Zeus, tenho de perguntar ao guia como se diz Portugal em Chinês!

À noite, depois do jantar, tivemos um espectáculo lindo e colorido de danças tradicionais chinesas, interpretado pelo grupo *Sheena Folies*, que me deixou entusiasmado. Os trajes lindos... e as danças apelando a raízes diferentes deste povo tão miscigenado e ainda tão diverso! Ainda me sinto maravilhado, olhando as fotos que tirei!

Nessa noite, na paz do tombadilho à popa, tive o meu momento de intimidade com o velho Iansequião, correndo sereno, iluminado pela luz da Lua.

Nas margens onduladas, onde se recortam altos e fantasmagóricos montes!... na Lua que se esconde e

espreita tímida por detrás das nuvens!... no silêncio onde canta o marulhar das águas agitadas pelo movimento do navio!... Nessa noite cálida, o Iantze vestiu a capa do Iansequião misterioso, das minhas leituras de juventude!...

A travessia das três gargantas

E um novo dia despontou, cheio de promessas. O Sol nasce muito cedo: às 6 horas já estava à proa para ver a anunciada entrada na 1ª garganta, de nome Qutang Xia (garganta do fole), a mais pequena, mas, dizem, a mais bela! Na verdade, é linda mas difícil de descrever... Imaginem: os altos montes que se despenham sobre o rio, misturando as cores róseas do calcário com o verde intenso da vegetação... o amarelo do rio e o cinza azulado do céu, por onde irrompem triunfais raios de Sol!...

À garganta Qutang, segue-se a Garganta Wu (ou da Bruxa), com 45 km de extensão: A beleza continua, aumentada até, se possível!...

Alguns *flashes*:

Os cargueiros a céu aberto, que cruzam connosco, carregando carvão, sal, milho...

As aldeias de arquitectura muito igual, janelas todas da mesma dimensão, fazendo pensar em casas-padrão do velho regime...

Uma casa na encosta íngreme, com um cais para o barquinho e o caminho a pique para a horta, num resguardo da penedia...

Os pequenos barcos dos apanhadores de lixo: com camaroeiros, vão recolhendo tudo o que flutua; julgava que era para adubar as terras, mas soubemos depois que são pagos pela empresa da Barragem das três Gargantas para limpar as águas...

Os barcos de cruzeiro, alguns em grande estilo decorativo "imperial". Os porta-contentores e os *ferries* carregados de camiões!...

... Um barquinho adormecido voga ao sabor da corrente; apenas um pescador de chapéu cónico, sentado, meditando...o nosso barco teve de apitar para que ele acordasse e se afastasse!...

Remando entre altas paredes... e uma guia que canta para nós!

Quando o nosso barco parou, atracado a uma lancha-batelão e nos preparámos para um passeio no rio Shennong, nem imaginávamos o quanto de belo e exótico nos esperava!

Na viagem de lancha fomos apreciando as margens alcantiladas que se iam fechando sobre nós, ouvindo a Jackie e tomando conhecimento com as lindas guias locais, vestidas de cor de rosa e com lindos chapéus de palha!... Até que fomos transbordados para pequenos botes de madeira, que se propunham levar-nos até ao desconhecido!

Eram para aí uns 10 barcos; cada um levava 15 passageiros, uma guia, talvez uns seis remadores, um homem no leme à popa e outro à proa. Num inglês muito simples e compreensível, a guia chamava atenção para os pontos mais notáveis e contava a história daqueles barcos que, antes da barragem, serviam como meios de transporte para carregar víveres e pessoas pelo Iantze e afluentes até às aldeias perdidas entre as montanhas!

Passámos desfiladeiros a pique, nas paredes rochosas havia cavernas e a guia garantia que aí habitavam macacos. Por acaso, ao fazer uma curva, numa margem vimos dois macacos que, decerto, tinham vindo beber água e na fuga, um desequilibrou-se, caindo à água. Em segundos

penetraram de novo na selva, deixando a dúvida se tínhamos realmente visto alguma coisa.

Os remadores competiam em velocidade e fomos

ultrapassados com grande alarido por um barco rival. A guia comentava que havia competição porque cada barco era duma aldeia diferente!

Quando as paredes abriam, via-se uma alta colina com um templo. Era tão distante que parecia irreal! A guia comentava: "Sim, é um templo e naqueles picos passa uma estrada!..."

Numa encosta a pique, viam-se umas casas. A guia dizia: "É a nossa aldeia!..."

Havia umas ruínas, onde homens desmatavam a encosta: foi um moinho para moer o grão e os homens agora estavam a preparar a margem para a subida de mais de vinte metros que as águas ainda iam galgar com o enchimento da barragem!

E assim chegámos onde já não era possível remar, porque terminava o nível da albufeira.

E aí começou o espectáculo (repetição da faina antiga desses barcos)... O rio corria na forma de rápidos, mas com caudal suficiente para suportar os barcos. A forma de tracção é que mudou dos remos para a sirga: os homens

apearam-se e, desenrolando cordas de bambu, começaram a puxar, vencendo a corrente e evitando que os barcos encalhassem nos seixos e pedras do fundo! O esforço é hercúleo, mas há que dar a oportunidade aos homens de vencer este desafio!

... Chegámos ao ponto de retorno, saímos para apreciar o sítio e andar um pouco pelas pedras. A guia simpaticamente ofereceu-me uma pedrinha, com um significado que não percebi. Respondi oferecendo outra pedrinha e um beijinho... Se calhar selei algum compromisso que não podia respeitar... mas a santa ignorância tudo perdoa!

No regresso, a mesma beleza, os barcos ganhavam velocidade e era ver a perícia dos timoneiros a evitar as pedras... Um pouco de desporto radical, para terminar em beleza!

Quando chegam as águas calmas, vem a parte romântica: a guia canta para nós!... Retribuímos com alguns trechos desafinados, mas o que teve mais êxito foi o "Atirei o pau ao gato, to, to... Miau!..."

Na despedida, a guia mostrava a vilazinha na colina, onde elas estudavam para guias intérpretes. Disse-lhe que um dia seriam elas que iriam ver a Europa e, nela, Portugal, como nós agora fazíamos! Com um risinho incrédulo, confessou: "Esse é o maior sonho de todas nós!"

E a beleza virou rotina!...

Voltámos à rotina: almoçar e ver a paisagem. De novo o rio aperta e estamos na Garganta de Xiling (ou do Oeste). São mais umas dezenas de quilómetros de altas penedias, caindo a pique no rio, os picos furando as nuvens: em cada curva do rio, novas imagens de sonho e esplendor!

Algumas impressões deste trecho: é grande o tráfego, não só de barcos turísticos, como de porta contentores, cargueiros, *ferries* carregados de camiões, para os quais, decerto, esta é a via mais económica. Em termos de economia, era também frequente o comboio de barcos em que só um fazia de rebocador. Decerto, os outros tinham de pagar o serviço de reboque. Num caso contei seis barcos atrelados.

Nas margens alcantiladas começámos a ver barcos de carga encostados a uns tubos que vinham da montanha. Lá em cima, camiões despejavam carvão pelos tubos.

Vêem-se alguns afluentes navegáveis e as placas de sinalização nas margens indicam quais os destinos servidos.

Vemos algumas cidades e muitas pontes em construção! As margens começam a alargar e o verde é mais claro, mas a beleza continua.

A grande barragem

A meio da tarde chegamos às eclusas da grande barragem das três Gargantas. A arquitectura é muito austera e quase claustrofóbica! Nem sequer os grandes e coloridos cartazes de propaganda. Apenas me lembro duma placa grande com Alstom em letras vermelhas (projectista e fabricante multinacional de grandes máquinas eléctricas).

A eclusa são cinco degraus, mas nós só fizemos quatro porque a barragem ainda não está cheia. O fecho das grandes portas (33 m de altura) é um espectáculo. A travessia das comportas demorou umas quatro horas. Os barcos (seis na nossa comporta) é que garantem o seu próprio deslocamento e por isso mantêm os motores a trabalhar. O resultado é que o calor e a poluição entre aquelas paredes é extremo e decerto prejudicial à saúde. Nós refugiamonos no ar condicionado do interior do navio... em amena tertúlia!

Discutiu-se a moralidade daquele trabalho dos remadores do Shennong!... Arrastar à força de braços, como animais de carga, uma dúzia de turistas, quais nababos senhoriais... Falou-se em trabalho escravo!...

Na minha opinião não há trabalhos desonrosos ou aviltantes. O que é desonroso é a falta de respeito pelo trabalho alheio. Estes homens, em tempos recuados, faziam esse trabalho em percursos mais longos (não havia albufeira), em condições de salubridade e nutrição muito piores e obrigados pela necessidade e talvez até pela pressão social. Hoje fazem-no porque gostam (?), dão-lhe até um cunho de desporto e o seu trabalho é apreciado, fotografado e esperamos que bem remunerado!...

No dia 29 (domingo) foi programada uma visita ao TGP (*Three Gorges Project*). Considerado o maior projecto hidroeléctrico do mundo (não pela altura da barragem, mas pela quantidade de energia produzida), tem gerado diversos artigos em revistas da especialidade e provocado grande polémica entre ecologistas.

Infelizmente estava nevoeiro intenso e não pudemos observar a grandiosidade do projecto.

Alguns dados técnicos:

Trata-se duma barragem de gravidade, o que quer dizer que é o próprio peso que a sustém, ou melhor, todas as forças de impulsão são descarregadas directamente sobre as fundações. È um dique com 2335 m de comprido e uma largura de 115 m na base e 40 m no coroamento.

É o maior aproveitamento hidroeléctrico do mundo, no que respeita à potência instalada: 26 geradores de 700 MW = 18200 MW (em duas centrais de pé de barragem), a que corresponde uma energia anual média estimada de 84700 GWh (847x108 kWh). Vão ser instalados ainda mais seis grupos numa central subterrânea, aumentando a potência para 32x700 = 22400 MW (em 2009).

Em relação à altura é uma barragem média. Tem 113 m de altura, com uma queda útil máxima de 97 m. Em termos comparativos, a barragem de maior altura verifica-se no Canadá (*Churchill Falls*) com 322 m. A barragem de Cabril, no Zêzere, tem 136 m de queda. A nossa maior potência instalada é de 630 MW no Alto Lindoso. O total nacional é de 4113 MW.

Em relação à navegação: há um elevador vertical para navios de 120x18x3.5 m (3000 ton em 30 min) e um canal duplo de cinco degraus para navios de 280x34x5 m (quatro horas).

Voltámos a navegar na garganta Xiling. Agora o rio é muito mais largo e, passados alguns quilómetros, atravessamos uma nova barragem (Gezhouba), construída em 1988, que faz também parte do TGP:

Barragem de gravidade, com 2606 m de comprido e 70 m de altura.

Canal duplo de três comportas, com desnível de 60 m em três degraus. Câmaras de 280x34x5.5 m para navios até 10 000 ton. Travessia em 60 minutos.

Potência instalada de 2715 MW, em 19 grupos de 125 MW + 2 de 170 MW. Produção anual de energia de 15700 GWh.

Do TGP saem 15 linhas de transporte de energia à tensão de 500 kV para toda a China.

As margens são agora mais baixas, mostrando as montanhas à distância. As casas já não têm o padrão uniforme, vendo-se até lindas e ricas moradias. Passámos junto a uma cidade moderna (talvez Yichang). Vêem-se grandes fábricas, umas mais modernas que outras. O rio é atravessado por duas linhas aéreas de alta tensão. O meu conhecimento electrotécnico permite-me afirmar que uma delas era de corrente contínua e outra de corrente alternada (500 KV). Nas margens baixas vêem-se búfalos a pastar e há diques de protecção contra cheias.

Mais um magnífico almoço e às 16 horas a apresentação de danças populares chinesas de diferentes etnias, com o colorido e a beleza habituais.

Depois do jantar, o *Show* de Despedida, em que o nosso grupo apresentou um pequeno número, que valeu apenas pela intenção, porque a falta de ensaios e os entusiasmos pessoais conduziram a uma manifestação espontânea de exuberância e desordem dignas de realce!

Mas a alegria não parou e entrou em crescendo com o grupo das *Sheena Folies* a liderar as danças modernas em que nos integrámos com muito empenho.

Serenata ao luar!...

Nessa noite, após o jantar, alguns de nós reuniram-se no tombadilho a ré (*Sundeck)* e, decerto tocados pela magia da noite cálida, começámos a sentir-nos nostálgicos. A música rompeu na viola dum "artista convidado" (não sendo auditor, merece o estatuto de membro vitalício *honoris causa*) e as canções surgiram com a emoção dum cantinho português tão longe de casa!

O tempo parou, mas o relógio não e seriam duas horas da manhã quando fomos deitar-nos, felizes.

A cidade de Huhan

Na manhã do dia 30, chegámos à vista da grande cidade de Wuhan, onde termina esta nossa longa viagem aquática. Foram cerca de 1300 km inolvidáveis, com 648 km entre altas montanhas (as três gargantas). Até Xangai são ainda mais de 1000 km.

A despedida foi muito emocionante com todos os membros da tripulação formados no pontão de saída e a filarmónica das *Sheena Folies*, devidamente fardada,

tocava marchas e outros temas bem conhecidos. Não há dúvida de que o *Portugal Defense Group* foi muito bem tratado!

Subindo o pontão, reparei que as casas ribeirinhas estavam inundadas com os frigoríficos a boiar no interior. Estava explicada a cor amarela do Rio Azul!... Apesar da largura e dos grandes lagos de retenção que o rio apresenta neste percurso, o caudal é tanto que os níveis sobem, provocando cheias periódicas.

Visita à cidade e o museu

Wuhan é uma cidade com muita história e com muita gente. Li um registo com poucos anos que indica 4,6 milhões de habitantes. O guia falou em 8 milhões; qual será a taxa de crescimento demográfico anual?

Aqui foi proclamada a república por Sun YaTsen e foi a 1ª capital republicana.

O Iantze recebe aqui um grande afluente vindo do Norte, que divide a cidade em três partes distintas, ligadas por pontes.

No *tour* pela cidade, vimos edifícios austeros, de arquitectura estalinista. A indústria também é dos tempos soviéticos. Mas já se vêem alguns edifícios lindos, de perfil ocidental.

A distribuição eléctrica é caótica (como em Xangai). Num mesmo poste convivem, embaralhadas, redes de várias tensões e mesmo de comunicações; é um emaranhado de fios! Também vi disto no Brasil!

O trânsito é intenso. As marcas europeias mais vistas são: VW e Citroën (táxis), Opel e Audi. As marcas japonesas são Honda e Nissan (com fábricas aqui na província de Hubei). Também as grandes marcas eléctricas (Siemens, ABB, Alstom) aqui têm fábricas.

Fomos visitar um museu de Geologia, com exemplares de pedras lindas. E também um esqueleto fossilizado duma espécie estranha de dinossauro enorme. O museu era composto por vários edifícios térreos, com jardins interiores agradáveis. Num deles estava a reconstituição de árvores fossilizadas de grandes dimensões.

Como se diz *Portugal*?

Inevitavelmente, no último pavilhão, era a secção de venda de pedras preciosas e outras bugigangas. Era o sítio mais fresco do museu e propício a conversas profundas sobre o presente e o futuro da China. O guia do museu era uma pessoa culta, com quem dava gosto conversar. Aproveitei para fazer a pergunta que andava há tanto tempo contida: Como se diz Portugal em Chinês?!

Pronuncia-se P U T A O Y A e escreve-se:

(copiado da escrita manual do próprio guia)

Nos tempos dos camaradas

Voltámos ao autocarro e passámos sobre a grande ponte metálica. Parece que um dia o Camarada Mao, que dizem não ser dado a grandes banhos e limpezas, resolveu atirar-se à água e nadar até ao outro lado (1000m). Deve ter ficado com o corpo bem lavado... Sim, porque a alma, nem com grandes esfregações!

Passeando na cidade, recordo as avenidas ladeadas de plátanos de sombra bem-vinda (isto para os passeantes, porque nós, no autocarro, tínhamos mais frio que calor!). O guia refere que temos aqui um clima tropical muito húmido. Antes do ar condicionado, as pessoas mais ricas tinham camas de bambu, que traziam para a rua de noite porque os edifícios estavam demasiado quentes!

Fomos até à periferia da cidade. Queríamos ver um edifício onde Mao costumava esconder-se durante a Revolução Cultural... (eu não comento... foi assim que o guia disse!). Afinal não conseguimos, porque havia impedimento na estrada. Tentámos outro caminho pela beira dum lago lindo, mas com muitos mosquitos. Passavam por ali apenas alguns automóveis pretos de vidros fumados... Acabámos fazendo marcha-atrás, sem mais explicações!

A caminho do aeroporto, vimos muitos arrozais e lá estavam os búfalos pastando a erva do fundo dos lagos... Tomámos um avião da *Ainam Airlines* e em cerca de 1h30 estávamos em Xian no vale do Rio Amarelo!

Xi'an ou Sian (isto é, a paz do Oeste)

No átrio do *Hotel Sofitel*, de linhas arquitectónicas modernissimas, construído na emblemática Praça do Povo (*Renmin Square*), após um lauto pequeno-almoço, observo o panorama local: em frente, um teatro de linhas austeras em granito, mas encimado por uma estrutura imperial de madeira (?), com os telhados em bico (tributo ao legado histórico desta notável cidade)!

À direita, um jardinzinho simpático e um edifício majestoso, de linhas direitas e simétricas, num estilo que lembra o poder socialista: é o *Renmin Hotel* (Hotel do Povo), certamente construído a pensar no bem-estar dos

representantes do Povo (Onde é que eu já ouvi isto?).

Estamos no centro histórico desta cidade histórica, a única cidade chinesa que ainda conserva as muralhas dos tempos imperiais. Beijing (Pequim) viu as suas muralhas destruídas no tempo de Mao, que queria esquecer e destruir todos os vestígios da época imperial.

O 1º Imperador e a 1ª Capital

A bordo do autocarro (marca Foton), com a habitual climatização árctica, saímos as portas da muralha e vamos até ao campo visitar o túmulo do 1º Imperador Qin Shi Huang, mais conhecido pelo exército soterrado, para garantia do seu poder, além da morte! Este senhor ficou famoso porque venceu todos os outros "reinos combatentes" e intitulou-se imperador, iniciando a dinastia Qin ou Chin. Unindo algumas muralhas já existentes, completou a Grande Muralha. Mas tinha grande aversão a intelectuais e quando estes lhe foram apresentar protestos pelas regalias perdidas, mandou cortar-lhes a mão direita e como eles não se calassem, mandou enterrá-los vivos!...

Enfim, um verdadeiro Filho do Céu!

Passámos sobre um rio de águas turvas e ilhotas dispersas: é o Rio Wei, afluente do famoso Rio Amarelo, que se encontra ainda a cerca de 200 km, mas influencia toda esta região.

As culturas são de milho e trigo, com duas colheitas anuais. Estando a cerca de 1000 km do mar, o clima é quente e seco, com quatro estações. As temperaturas variam entre -25ºC e 38ºC.

Xian é uma cidade do conhecimento. Tem quatro universidades públicas e várias privadas e mais de um milhão de estudantes (deve ser engano, é de mais numa população de 8 milhões de habitantes, mas foi o que disse o guia).

Tem indústrias eléctricas, têxteis e de armamento.

Os turistas ocidentais só começam a visitar a cidade a partir de 1978, ganhando o turismo grande dimensão a partir da descoberta das figuras do exército de terracota.

Na estrada vêem-se automóveis de grande luxo, das marcas *Nissan* e *Toyota*, que têm fábricas nesta região.

O exército enterrado e os guerreiros de bigode

Sobre a visita à estação arqueológica das figuras de terracota: Na zona desenterrada, coberta com uma estrutura de grandes dimensões, podemos ver as figuras alinhadas como para o combate – os oficiais à frente (distinguem-se por uma espécie de borboleta no cabelo); depois os peões e atrás os cavalos. Estas filas de guerreiros estavam cobertas com traves de madeira, constituindo corredores. Algumas traves foram incendiadas e outras caíram, destruindo muitas figuras. O chão era em tijoleira de terracota. É impressionante verificar que todas as figuras têm um rosto diferente e de várias etnias. Pensa-se que foram copiadas de modelos reais. Um pormenor: todos têm bigode, pois no exército só entravam homens com apêndice piloso, que se considerava símbolo de virilidade e audácia. No museu, vimos figuras com o bigode raspado: vingança de comandantes rivais?

O nosso guia Huan, que nos acompanha desde ChongQin, é de Xian. Talvez por isso se mostre tão loquaz. Nem parece o mesmo!

Na passagem por uma casa de campo, chamou a atenção para uma figura de pedra, à porta dum celeiro: a mim pareceu-me um poleiro para galos, mas ele garantiu que se tratava dum espanta-espíritos! (parece que há

espíritos que se divertem a assustar as galinhas...)

A cidade de Xian foi a primeira capital da China e na opinião do guia, a primeira capital do mundo! O primeiro imperador (o tal!... a que o guia chamou de Imperador Amarelo!?) é considerado o fundador da nação chinesa!

O culto dos antepassados

Dos 1300 milhões de chineses, só 100 mil acreditam em Deus. Os outros são ateus, mas acreditam noutro mundo, onde vivem os seus antepassados. Nós temos duas almas: a primeira surge com a concepção e a segunda com o nascimento. Depois da morte, uma delas sobrevive e há que continuar a alimentá-la com oferendas. Os antepassados conseguem influenciar a nossa vida através da sorte e do azar. A comunicação faz-se através do fumo!

Este culto dos antepassados tem muita dificuldade em desaparecer, porque a opinião pública considera que quem não respeita os seus antepassados não é digno de confiança. Ora, isto é muito importante na procura e conservação dos empregos. Por isso, procura-se que todos saibam da nossa devoção em agradar aos antepassados e as cerimónias são o mais publicitadas possível.

Um episódio contado pelo guia: um tipo estava a queimar raparigas de papel em vez de papel-moeda, esclarecendo que o seu pai, no outro mundo, precisaria também de concubinas! Cabecinha pensadora!...

Nas antigas cerimónias imperiais de culto dos antepassados, enterravam-se escravos vivos para servir o seu Senhor. A lenda diz que no funeral do Imperador de Jade enterraram 1000 concubinas vivas. A eliminação de servos e guerreiros poderia ter más consequências para os êxitos militares e por isso se acredita que o enterramento das figuras de terracota resultaria da falta que os homens vivos fariam para combater.

"Ditadura Democrática"...

Sobre a política actual: o regime é uma "ditadura democrática socialista e capitalista". E foi sempre assim na história da China. O povo só aceita um poder muito forte. O culto de Mao permanece, porque o povo acha que ele actuou como um Deus, sendo humano como ele. É mais um antepassado poderoso a venerar!

A propriedade é colectiva e gerida pelo Estado que a concessiona aos privados. Não há impostos (?). A concessão na indústria é por 30 a 50 anos e nos apartamentos por 70 anos. Nada foi dito sobre o destino dos lucros e a comercialização da propriedade!

Na história da China as mudanças de dinastia sempre foram resultado de levantamentos de camponeses, aproveitados por chefes militares. Os camponeses aceitam a pobreza e aspiram não à liberdade, mas à igualdade!

Perícia ao volante

Regressando à cidade: curiosamente não se ouvem cigarras, talvez porque o campo é muito verde e húmido. Reconheço muito milho, choupos, plátanos, ciprestes e pinheiros bravos! E algumas ruínas misteriosas de muros e edifícios...

Temos uma grande fila na auto-estrada. Há veículos de todos os tipos, desde automóveis das melhores marcas e luxo, até camiões carregados de forma desordenada com a maior diversidade de cargas.

Interessante a forma como se resolveu o impasse na auto-estrada: Logo que possível os motoristas iam passando para a faixa contrária que estava com muito menos trânsito. Uns invertiam a marcha, mas outros continuavam em frente, desviando-se dos que vinham em sentido contrário... sem acidentes nem protestos. Foi o nosso caso: Pela via contrária, chegámos à rotunda que estava provocando aquele caos, fizemo-la em sentido contrário, entrando noutra avenida mais desimpedida.

Esta habilidade do motorista foi muito aplaudida por nós, não só pela perícia, mas principalmente porque estávamos muito atrasados para o almoço. Fiquei a pensar que, por vezes, os fins justificam os meios, principalmente quando não há prejudicados. E também se não se usassem estes expedientes, o engarrafamento era uma bola de neve, que não sei como se resolveria!

Tcha'a!...e o Museu de História...

O almoço foi no restaurante do *Hotel Shangri.La's Golden Flower*. Óptimo, como habitual.

Mas não resisto a contar uma experiência interessante: à pergunta final de *cofee or tea,* respondi... *chá*! (sabendo da origem chinesa do termo). Gerou-se alguma perplexidade nas empregadas que foram chamar o gerente. Este, que falava inglês compreensível, logo esclareceu: *Ah!!! No cha, but tcha'a*! O tal problema dos quatro tons?...

Bem, o senhor era simpático, sabia onde era Portugal e até insistia em que eu tinha ar de professor!... Que diabo, parece que o ar se agarra a nós e até na China não despega!...

Passeio pela cidade. Por falta de tempo, não visitámos o Pagode do Ganso Selvagem (*La Oca Salvage*, como dizia o guia). Parece que tem uma lenda um pouco exótica que não consegui registar. Passámos de largo, apreciando de vários ângulos aquela espécie de Torre de Pisa direita. Por acaso nunca vi nenhum pagode por dentro e talvez fosse interessante!

Mas fomos ao Museu Histórico da província de Shaanxi, que valeu bem a pena!

Lembro-me de ver numa epigrafia o nome *Huaxia* como sinónimo de China; o povo Qin; a dinastia Zhow (770 anos aC); o mapa com a Rota da Seda (incluía Lisboa). E uma visão da História através dos utensílios das várias dinastias; um comentário do guia: usavam-se muito os talheres de ouro e prata, porque ficam oxidados com os venenos!

A ópera de Xian

À noite fomos jantar num teatro, onde foi apresentada uma espécie de ópera (cenas da Dinastia Tang), num palco extremamente iluminado! A cena era algo patética, com um imperador queixando-se da sorte nas batalhas e uma concubina animando-o, com aquela vozinha de passarinho... Depois aparece uma espécie de saltimbanco que é um ás na espada e vence tudo, acabando a lutar com o próprio imperador.

O colorido é fantástico: as luzes do palco são intensíssimas e variam de cor, realçando as cenas e as cores dos trajes.

A orquestra está num cantinho do palco: limita-se a fazer uns... tong...tong...tong...piiing!!!, mas com um ritmo variado, conforme a carga dramática da cena.... Absolutamente surpreendente e quase hilariante!... (é curioso que os chineses falam em "ouvir a ópera", em vez de "ver a ópera"!)

A muralha e a jovem que queria conversar

No dia seguinte, fomos visitar a muralha da cidade, que já tínhamos cruzado várias vezes para regressar ao hotel.

A muralha tem diversas torres de vigia e define no seu interior um grande espaço quadrado. Tem 10 Li de comprimento. Como 1 Li é igual a 500 m, são 5 km de perímetro. Tem no seu exterior um fosso largo e profundo. A entrada de automóveis obrigou a aberturas mais amplas, mas que foram feitas com bom gosto, com enormes arcos do mesmo estilo. O nosso hotel, assim como muitos outros, está no interior da muralha; isso obrigou, decerto, à destruição de muitos edifícios antigos.

Subimos e passeámos sobre a muralha que tem 15 m de largura. Na parte visível é feita numa espécie de tijolos cinzentos (terracota?). No seu interior deve ser terra.

Alguns colegas experimentaram passear numas bicicletas de aluguer. Além da atitude ecologista, realça-se o acto de solidariedade com os locais...

Notável o grande sino de alarme – 900 kg, que data da dinastia Ming e ainda foi usado para prevenir dos bombardeamentos japoneses. De cima da muralha reparei num jardim, onde grupos de pessoas faziam ginástica rítmica!

Na torre estava como cicerone uma jovem chinesinha bonita e simpática que queria muito conversar para praticar inglês. Ora isso permitiu uma agradável troca de impressões, só interrompida pelo *timing* da ida para o aeroporto.

No caminho pudemos apreciar como a cidade tem crescido (passámos o 3º anel). Recordo um grupo escultórico muito belo em granito róseo, representando uma caravana de camelos e simbolizando o início da Rota da Seda.

Um almoço de emergência

Estava previsto o embarque para as 10h50. No entanto, verificou-se um grande atraso, devido a condições atmosféricas adversas sobre Beijing. No balcão de informações da porta, os chineses ralhavam com grande veemência (usando decerto o 4º tom) com as pobres empregadas. Parecia que ia haver desacato! Mas diz quem sabe, que é normal esse alarido e nada acontece.

O atraso deu-nos a oportunidade de tomar um almoço de emergência no aeroporto: um tabuleiro equipado com pauzinhos, o tradicional arroz branco sem gordura (de que sou grande apreciador) e umas hortaliças cozidas com um picante poderoso! Enfim, este foi um autêntico almoço chinês, não adaptado para turistas! Experiência interessante a recordar!

Nota

Por lapso inexplicável, o que lamentamos e desde já apresentamos as nossas desculpas ao autor, Engenheiro Sousa Pereira, no seu *Relato de uma viagem à China… Por Terras do Extremo Oriente*, verificou-se a omissão de uma pequena parte desse relato, a qual devia estar inserida no "capítulo" intitulado *ChongQing (isto é, a dupla felicidade).*

Consideramos que a melhor forma de "repor a verdade" é repetir integralmente o referido "capítulo", deixando o mesmo de ser o último relato da I Parte para encetar a II Parte, dada a lume neste Boletim.

No próximo Boletim será publicada a III (e última) Parte.

Autor

Engenheiro Sousa Pereira
Sócio nº 875/04 da AACDN

Acontecimentos & Actualidades

Abertura do Ano Académico no IDN

Foto © Lusa

No passado dia 28 de Novembro, teve lugar no IDN a Sessão Solene de Abertura do Ano Académico 2007/2008, presidida pelo Ministro da Defesa Nacional.

Para além da alocução de abertura, proferida pelo Director do IDN, General Ferreira da Silva, a Lição inaugural esteve a cargo do Dr Gulherme d'Oliveira Martins, suborndinada ao título *Identidade e Diferença - A Cultura como Factor de Defesa e Coesão*.

A sessão terminou com a entrega dos diplomas aos Auditores do Curso de Defesa Nacional-2007.

A AACDN esteve representada nesta sessão pelo seu Presidente, Dr Abílio Ançã Henriques, tendo na sua alocução o Director do IDN proferido palavras elogiosas para com a AACDN, pelo trabalho desenvolvido ao longo dos seus 25 Anos de existência, em prol dos valores da Cidadania e Defesa, dando assim continuidade à acção formativa do IDN.

Colégio de Defesa NATO

A convite dos presidentes da Assembleia Geral e da Direcção da Associação Portuguesa do Colégio de Defesa NATO, General Gabriel Espirito Santo e Embaixador João de Deus Ramos, a AACDN, através do seu Presidente, esteve presente no tradicional Jantar anual desta Associação, que teve lugar no dia 29 de Novembro do ano findo.

O jantar contou com uma palestra sobre um tema de manifesta actualidade, proferida pelo reconhecido, nacional e internacionalmente, especialista no tema do Islão e do Islamismo, Prof Dias Farinha.

Este encontro contribuiu para um maior estreitamente das relações entre as duas Instituições, que ao longo dos tempos se têm associado na promoção de eventos de interesse comum.

Quotas em 2007

Por proposta da Direcção, foi deliberado em Assembleia Geral ordinária manter o valor da quota anual nos mesmos **60,00 Euros**, valor que vem já de Janeiro de 2005.

Para os associados que ainda não tiveram oportunidade de o fazer, **solicita-se o pagamento das quotizações**, actual e em falta, utilizando um dos seguintes meios:

- Por débito na conta bancária do sócio, através do preenchimento e remessa à Sede da AACDN (Praça do Príncipe Real, nº 23 R/C Dtº, 1250-184 Lisboa) do impresso de "autorização de débito em conta", enviada com o Boletim 14/2004;

- Por transferência ou depósito na conta bancária da AACDN, na Caixa Geral de Depósitos (NIB: 0035 0667 0000 0479 0307 7), que poderá ser efectuado em qualquer Caixa Multibanco, num balcão da Caixa Geral de Depósitos, ou através do Internet Banking;

- Por transferência directa na CGD para a conta 0667 000479 030;

- Por cheque remetido à Sede.

Em qualquer dos casos, é fundamental **indicar sempre o número de sócio**, de modo a permitir aos Serviços da Associação identificar a proveniência dos valores recebidos.

Jantar-debate com o General Ramalho Eanes

No passado dia 28 de Novembro, teve lugar na Messe de Oficiais da Força Aérea, em Monsanto, um jantar-debate, no qual foi orador convidado o General Ramalho Eanes, que, no período decisivo da fundação e implementação da nossa Associação, prestou um grande apoio à AACDN, no desempenho do relevante cargo de mais alto magistrado da Nação.

Os Exércitos entre o Estado e a Sociedade Civil foi o tema escolhido pelo orador para este jantar-debate, que contou com a participação de um grande número de associados e respectivos familiares e amigos.

O tema exposto pelo General Ramalho Eanes gerou um alargado e enriquecedor debate.

Assim, a Direcção da AACDN – dada a franca disponibilidade e amabilidade do Senhor General Ramalho Eanes em facultar o texto da palestra – tem o grato prazer de o publicar, na íntegra, neste número do Boletim.

Composição Gráfica de Elisa Pio

Uma simples palavra de agradecimento para uma pessoa, a Sr.ª D. Elisa Pio, Assistente Administrativa Especialista da Redacção do *Jornal do Exército,* que, não estando ligada à AACDN, tem prestado uma valiosa colaboração na feitura do *Cidadania e Defesa*, com a sua disponibilidade e o seu saber "de experiência feito".

Sob a orientação do Editor do Boletim, tem conseguido levar a bom termo o prestígio e a reputação do nosso *Cidadania e Defesa*, o qual tem sido alvo dos maiores encómios.

Por tal facto, a Direcção da Associação expressa-lhe publicamente o seu sincero agradecimento.

Assine, leia e divulgue o *Jornal do Exército*

Pagamentos à AACDN

Aos Associados que já efectuaram o pagamento de quotas no corrente ano – utilizando o Multibanco ou a transferência bancária – e que não tenham ainda recebido o respectivo recibo passado pelo secretariado da AACDN, solicita-se que contactem a Associação, o mais brevemente possível.

Reitera-se a necessidade da identificação dos Associados que procedam aos pagamentos por aqueles meios.

Muitos continuam a ser os Auditores dos Cursos de Defesa Nacional que, ao longo de mais de três décadas, se notabilizaram nas mais diversas áreas: nas Artes ou nas Letras, nas Ciências ou na Educação, na Política ou na Guerra. Porque a sua acção é digna de mérito, vale a pena ficar a conhecê-los... indiscriminadamente...

UmDeCadaVez

Maria José Cartaxo **Rebocho** é natural de Évora. Licenciou-se em Medicina, pela Faculdade Clássica de Lisboa, no ano de 1971. Especialista de Cardiologia desde 1979, exerce actualmente funções no Hospital de Sta Cruz (HSC) como Assistente Graduada de Cardiologia.

É a responsável pela parte médica do Serviço de Cirurgia Cardíaca e, também, da Transplantação Cardíaca.

Foi responsável pela Unidade de Cuidados Intensivos do HSC, representante do grupo médico no Conselho Geral do HSC, representante num projecto sobre Telemedicina, da CEE, representante do HSC junto do Gabinete da DGS (Assistência na Saúde aos doentes enviados dos PALOPs) e no Projecto de Acção Concertada sobre Custos e Prevenção de Infecção Nosocomial nos Países Europeus.

No Instituto Nacional de Emergência Médica, foi Assessora e Consultora.

Desempenhou funções de Formadora no Centro de Formação para Médicos e Tripulantes de Ambulância; colaborou na definição dos *curricula* a ministrar aos médicos do CODU; foi responsável pela definição do equipamento a incluir nas primeiras viaturas médicas de intervenção rápida, na protecção médica a Altas Individualidades (João Paulo II, Rainha Isabel II e Presidente Reagan); fez parte do grupo de trabalho integrado no Conselho de Planeamento Civil de Emergência, que elaborou um estudo sobre o sistema de evacuação aeromédica; e foi membro efectivo do Grupo Médico da NATO (Joint Civil/Militar Medical Group).

Exerceu funções na Sociedade Portuguesa de Cardiologia (Grupo de Estudos de Cuidados Intensivos Cardíacos); participou na Comissão para a formação da Escola de Formação em Reanimação da SPC e fez parte do grupo de trabalho sobre a Transplantação Cardíaca.

Na Associação Portuguesa de Infecção Hospitalar, fez parte de várias direcções e do Conselho Cientifico da Revista.

Tem diversos cursos e pós-graduações: *The Post Graduate Course in Cardiology,* "*Fellow*" pelo *Cardiothoracic Institute, National Heart Hospital*, Londres; *Honorary Registrar,* no *National Heart Hospital*, Londres; Registo no *General Medical Council*, Londres; *Leadership in Emergency Medical Services Columbus Technical Institute*.

Tem o curso de Formação Pedagógica de Formadores do Instituto Nacional de Administração, Oeiras, e tem o Curso de Auditores do Instituto de Defesa Nacional.

Na AACDN foi Vogal das direcções de 2004-05 e 2006-07, sendo a associada nº 376/92.

A

Direcção

da AACDN

deseja

aos seus sócios,

ordinários,

extraordinários

e honorários,

e a todos os Auditores,

e seus familiares,

um feliz

2008

Índice do Cidadania e Defesa
(Biénio de 2006–2007)

Nº 18 I Março-Abril de 2006
Capa – Empossе dos Novos Corpos Directivos

Sumário 2
Editorial (Abílio Ançã Henriques) 3
VIII Congresso Nacional da AACDN – O Mar e a Afirmação de Portugal no Mundo Contemporâneo 4
Impressões de um Congressista (Pedroso de Lima) 8
Viagem à Turquia (Horácio Maia e Costa) 10
União Europeia (Miguel Mattos Chaves) 12
Empossе dos novos Corpos Directivos 14
Defesa Nacional e o Vector Cultural (Rui Trindade) 18
MDN – Mário Firmino Miguel (Ana Dias) 21
Língua Portuguesa – Espaço da Lusofonia e vínculo de Defesa Nacional (Ana Rita Carvalho) 22
Acontecimentos e Actualidades 24
UmDeCadaVez – Maria Filomena G. Dias d'Almeida 26
Novos Sócios da AACDN 26

Nº 19 I Maio-Junho de 2006
Capa – Voluntárias islâmicas, basiji

Sumário 2
Editorial (Abílio Ançã Henriques) 3
Reflexões sobre Estratégia 4
MDN – General Loureiro dos Santos (Ana Dias) 10
União Europeia (Miguel Mattos Chaves) 11
O Irão e a Questão Nuclear (Maria do Céu Pinto) 14
Encontros e Desencontros Culturais entre Espanha e a Ibero-América (J.M. de Barros Dias) 18
Acontecimentos e Actualidades 22
UmDeCadaVez – Alberto António Rodrigues Coelho 26

Nº 20 I Julho-Agosto de 2006
Capa – Um líder religioso mussulmano dando um "pray meeting", numa rua de Londres

Sumário 2
Editorial (Abílio Ançã Henriques) 3
Profissionalização do Serviço Militar (Raul Maia Oliveira) 4
União Europeia (Miguel Mattos Chaves) 8
O Desafio da Mudança (Alberto Coelho) 10
MDN – Adelino Amaro da Costa (Ana Dias) 12
Encontro Anual de Auditores de Defesa Nacional 13
Anglo-Árabes (José António Silva e Sousa) 14
A Constituição Europeia (Maria do Céu Pinto) 17
Acontecimentos e Actualidades 20
UmDeCadaVez – Maria do Céu de Pinho Ferreira Pinto 26

Nº 21 I Setembro-Outubro de 2006
Capa – Papa Bento XVI

Sumário 2
Editorial (Abílio Ançã Henriques) 3
Viajar para Conhecer... Conhecer para Compreender! (Sousa Pereira) 4
MDN – Azevedo Coutinho (Ana Dias) 9
Portugal, País Marítimo – História, Defesa e Identidade Nacional (Ana Rita Carvalho) 10
Pastor Alemão (José António Silva e Sousa) 14
A Crise no Líbano – e as várias partidas do Médio Oriente (Maria do Céu Pinto) 17
Uma Questão de Estatística (Silveira Sérgio) 20
Acontecimentos e Actualidades 22
UmDeCadaVez – Mário António Gomes 26

Nº 22 I Novembro-Dezembro de 2006
Capa – Assembleia da República

Sumário 2
Editorial (Abílio Ançã Henriques) 3
Democracia e Forças Armadas (Maria Raquel Freire) 4
MDN – Freitas do Amaral (Ana Dias) 9
(Des)afinações na valsa russo-europeia (Sandra Dias Fernandes) 10
Mercado de Valores (José António Silva e Sousa) 14
A decisão ao nível da organização (Alberto Coelho) 17
O fim do regime de não-proliferação? (Maria do Céu Pinto) 20
Acontecimentos e Actualidades 23
UmDeCadaVez – Maria Leonor Beleza 26

Nº 23 I Janeiro-Fevereiro de 2007
Capa – O Grito, de Edvard Munch

Sumário 2
Editorial (Abílio Ançã Henriques) 3
Alterações Climáticas Globais e Soberanias Nacionais (Francisco Mestre) 4
Património cultural e industrial no contexto da globalização (Rui Trindade) ... 8
Apocalypse Now (José António da Silva e Sousa) 14
Novos Associados da AACDN 16
MDN – Mota Pinto (Ana Dias) 17
Nações Unidas e a Manutenção da Paz (Maria do Céu Pinto) 18
Colégio Militar – Apontamento a propósito do 204º Aniversário (Ana Rita Carvalho) 21
Acontecimentos e Actualidades 24
UmDeCadaVez – Manuel Gameiro 26

Nº 24 I Março-Abril de 2007
Capa – Nuclear versus Eólico

Sumário 2
Editorial (Abílio Ançã Henriques) 3
Valores, Cidadania e Defesa Nacional (Vicente Ferreira da Silva) 4
MDN – Rui Machete (Ana Dias) 7
Lótus élan (José António Silva e Sousa) 8
Sistema de Informações da República Portuguesa (Jorge Silva Carvalho) 11
Nuclear em Portugal – A retoma do debate (Luís Rodrigues Costa) 14
Pupilos do Exército – Formar Cidadãos Úteis à Pátria (Américo de Abreu Ferreira) 18
Acontecimentos e Actualidades 22
UmDeCadaVez – Isabel Meirelles 26

Nº 25 I Maio-Junho de 2007
Capa – Mesquita de Lisboa

Sumário 2
Editorial (Abílio Ançã Henriques) 3
Conjecturas sobre a Electricidade – Politiquices da Ciência, ou talvez não (Silveira Sérgio) 4
Jobs for the Boys (José António Silva e Sousa) 9
O Mar e os seus Recursos (José Manuel de Sousa) 12
Portugal – plataforma logística do terrorismo islâmico (Maria do Céu Pinto) 14
A Rússia de Putin – no horizonte de 2008 (Sandra Dias Fernandes) 18
MDN – Leonardo Ribeiro de Almeida (Ana Dias) 23
Acontecimentos e Actualidades 24
UmDeCadaVez – João Jorge Botelho Vieira Borges 26

Nº 26 I Julho-Agosto de 2007
Capa – Planeta em estado de alerta

Sumário 2
Editorial (Abílio Ançã Henriques) 3
O Dia da Defesa Nacional – Investir num Futuro Melhor (João Vieira Borges) 4
Desafios à Presidência Portuguesa da União: a viragem para Sul (Maria Raquel Freire) 8
A União Europeia e a Democratização dos Balcãs (Teresa Cierco) 11
MDN – Eurico Silva Teixeira de Melo (Ana Dias) 13
Ambiente – O Planeta em estado de alerta (Ana Rita Carvalho) 14
Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional – Regulamento Eleitoral 19
Acontecimentos e Actualidades 24
UmDeCadaVez – Maria Fernanda da Silva T. Valente Mestre 26

Nº 27 I Setembro-Outubro de 2007
Capa – Parabéns, AACDN, pelo seu 25º Aniversário!

Sumário 2
Editorial (Abílio Ançã Henriques) 3
Por terras do Extremo Oriente (Sousa Pereira) 4
MDN – Carlos Brito (Ana Dias) 11
Soberania Nacional e o Prestígio das Instituições (Mariz Fernandes) 12
25º Aniversário da AACDN e o seu IX Congresso Nacional 14
Não-ingerência e a responsabilidade de proteger (Maria do Céu Pinto) 18
Ameaças Terroristas e Saúde Pública (Ana Paula de Jesus Harfouche) 22
Acontecimentos e Actualidades 24
UmDeCadaVez – João Manuel de M. Mariz Fernandes 26
AACDN na imprensa regional 26